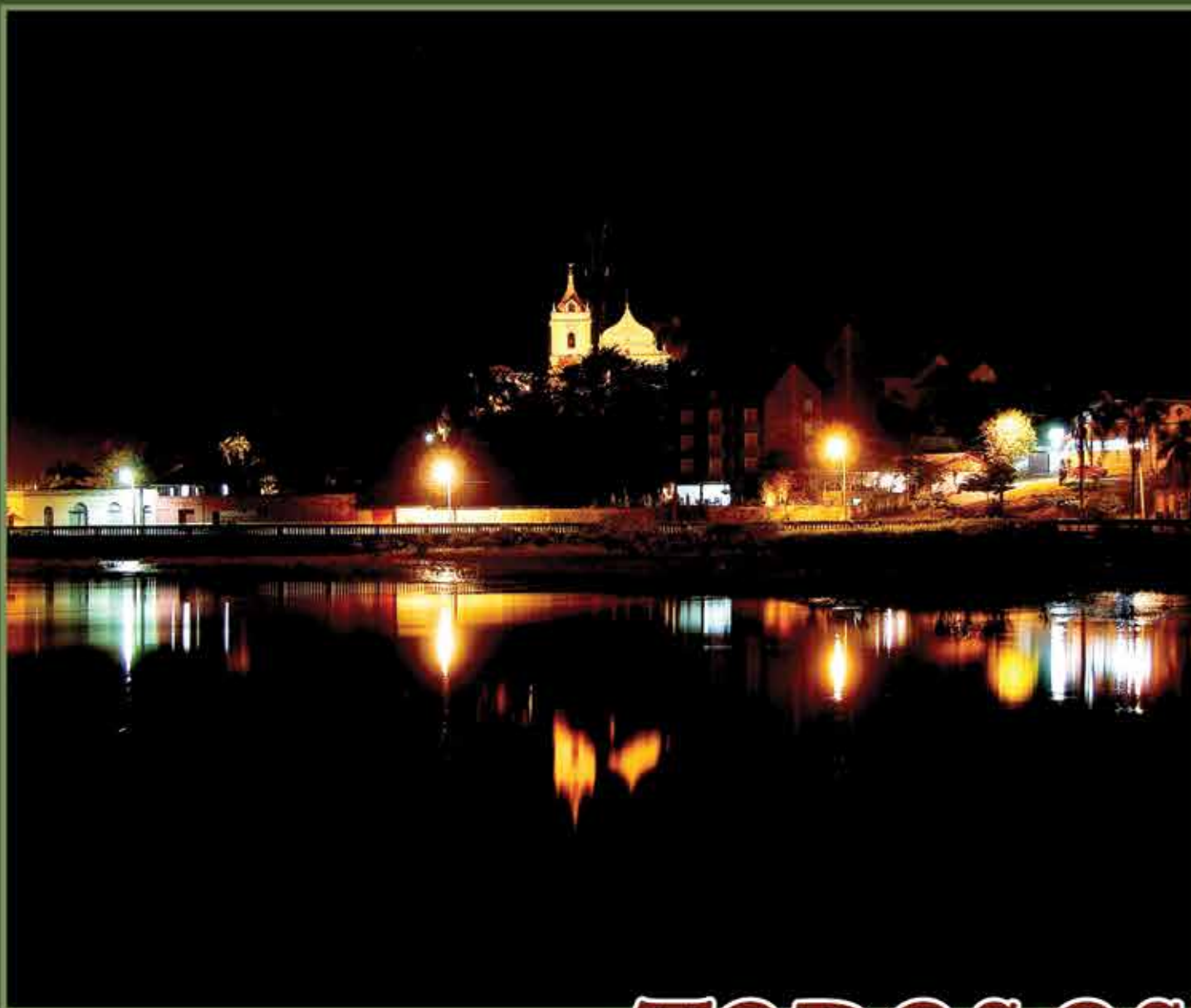


TOGA^e literatura

Revista cultural da Amapar
Julho 2011 - #07



Artigos
Crônicas
Músicas
Pinturas
Poesias



TODOS OS TONS EM ANTONINA

Em cada Toga e Literatura pretendemos aprimorar sua publicação, apresentando textos claros, sem enganos, valorizando a capacidade criativa e descritiva dos autores. A ilustração é fundamental, enriquece o texto. Priorizamos imagens significativas e de beleza. Revista é imagem, livro é letra, como diz o jornalista Marco Medeiros.

Nesta sétima edição contamos com a crônica de um provento juiz de direito. Aos 94 anos, José de Mello, em plena atividade intelectual, apesar de quase sem visão, é um exemplo de garra e perseverança, inspirando respeito e admiração por sua trajetória.

O renomado magistrado Telmo Cherem nos traz lúcidas considerações sobre a tão proclamada morosidade da Justiça e de como pode ser relativa ou inexata tal concepção.

Temos, igualmente, filhos, irmã, neta, nora, esposa, que prazerosamente relatam as atribuições da vida de um magistrado, concorrendo para a história da magistratura paranaense.

A capa é uma imagem noturna da cidade de Antonina, antiga Vila da Capela, nascida da Guarapiracaba, hoje cidade agradável, histórica e turística. Duas vezes injustiçada: não teve a ligação da estrada de ferro esperada, embora racional e mais barata; e nem seu porto, em melhores condições hidrográficas, foi o escolhido para atender a importação e a exportação paranaenses.

A foto é de autoria do historiador e fotógrafo Wilson Clio Junior, amigo do presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Gil Guerra.

Boa leitura.

 **Chloris Elaine Justen de Oliveira**
Editora



EXPEDIENTE

TOGA E LITERATURA

Caderno Cultural da Associação dos Magistrados do Paraná

Fundada em 18 de fevereiro de 2008 – Resolução N.º 67/2008

Presidente da Amapar: Gil Guerra • **Diretora do Departamento de Memória e Arquivo e Editora:** Chloris Elaine Justen de Oliveira • **Jornalista Responsável:** Marco Medeiros - Drt/PR 3364 • **Edição, projeto e produção gráfica:** M.Medeiros - Editora e Comunicação Ltda. • **Revisão:** Danda Coelho • **Tiragem:** 1500 exemplares • **Colaboração:** Rômulo Cardoso e Darbi Wolf • **Foto capa:** Wilson Clio Junior • **Fotos:** Arquivo Pessoal.

Associação dos Magistrados do Paraná - Amapar

Palácio da Justiça - 9º andar - Palácio da Justiça - Centro Cívico - 80.530-912 - Curitiba - PR - Telefones: (41) 3017-1600 e 3017-1601.

A Revista **Toga e Literatura** não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização de seus editores.



A arte de viver!

Dentre tantos outros aspectos interessantes, nossa “Toga e Literatura” tem um que considero especial, permitir que conheçamos melhor nossos pares, mais ou menos próximos, conhecer aspectos de suas vidas que se não fosse ela, a “Toga”, certo que não conheceríamos.

Por onde vemos que, cada qual a sua maneira, encontra uma forma especial de viver a vida, a arte própria de fazê-la, por vezes ajudados por anjos artistas que estão ao nosso lado, como companheiros e familiares, mas, sempre, com arte, afeto, fraternidade.

Nossa edição eterniza a memória de dois grandes magistrados, ao tempo em que revela a lucidez de outro, José de Mello, de memórias ricas e afetuosas. Mostra o talento especial da “Giovana do Fabiani”, como diria aquele réu interrogado pelo “Juiz Gurizão”, o nosso Rogério Ribas. Evidencia o vigor do amor ao Paraná, nas determinações da Presidência do Tribunal de Justiça empenhada nas comemorações dos 120 anos, como bem enfatiza o des. Renato Pedroso. Permite sentir a beleza singular do amor de irmãos, trazendo a mim particular lembrança do saudoso des. Marino Braga, um homem de gestos elegantes e de uma fineza de trato que até encabulava um certo jovem servidor do Tribunal (eu), que se sentia como que tocado por um anjo ao ser cumprimentado com tanta gentileza por homem tão importante. De outro lado, permite concluir que a arte pode ser vazada por meios menos convencionais, quando vemos a beleza dos adornos de Maria Inês, que são certamente o reflexo do que lhe vai à alma.

No arremate, a leitura fina e perspicaz do des. Telmo Cherem, que traduz a dimensão exata do tempo das coisas da jurisdição, conseguindo expressar aquilo que todos pensamos, como é próprio da genial maneira com que costumeiramente articula suas ideias e pensamentos, alertando aos que pretendem tarifar a produção jurisdicional como quem tarifa a de um martelo pneumático, que “nada pode ser mais desastroso do que a injustiça célere”.

Ao cabo, induziram as determinações do imponderável, a que alguns denominam coincidência, que nesta edição da “Toga” nossa dedicada Editora, sra. Chloris Elaine Justen de Oliveira, pudesse concluir a linda matéria sobre Antonina, patrimônio paranaense, cidade que meus pais elegeram como sua há quase duas décadas, nesta terra a última residência de meu saudoso Pai, de cujo convívio presencial me despedi neste mês de julho, para tê-lo mais forte ainda nos eternos vínculos do coração.

Aproveito para agradecer o apoio de um capelista amigo, Wilson Clio Filho, que alavancou o artigo sobre a bela Antonina nos ofertando fotos e informações várias, sendo o autor da magnífica fotografia que compõe nossa capa.

Gil Guerra
Presidente da AMAPAR
 Gestão 2010-2011





6

Uma vida marcante



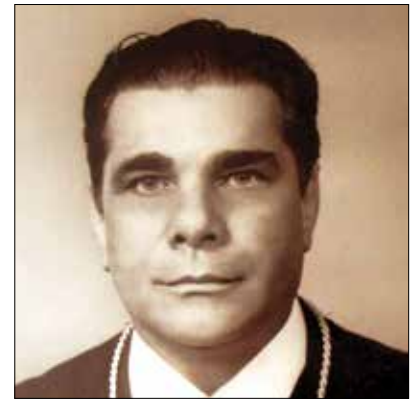
12

Caminho para as artes



24

Um tipo inesquecível



18

O jovem advogado



22

O juiz gurizão

71

Pintor

Fernando Velloso



32
Confirmação
histórica



34
Provérbios em
prosa e verso



38
A arte do Bijoux



44
Tempo da Justiça



53
Todos os tons
em Antonina

Uma vida marcante

João Cid de Macedo Portugal

Por Roberto Portugal

Exemplo de honradez e dignidade, meu pai formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná no ano de 1939. Acadêmico e bom orador participou ativamente da vida estudantil, presidiu o Centro Acadêmico Hugo Simas, o CAHS, na gestão de 1938.

Minha intenção não é, aqui, fazer uma biografia. Porém é lembrar algumas marcas que em mim ficaram e que eram dele, pretendo prestar uma homenagem a esse homem que sempre e muito bem se houve nos diversos cargos públicos exercidos em sua trajetória profissional.

Para começar, foi um promotor público forte e atuante.

Ministério Público

Tão logo se diplomou, João Cid de Macedo Portugal ingressou no Ministério Público, nomeado promotor de justiça da comarca de Cerro Azul. No município do sudeste do estado, exerceu atividades múltiplas, além daquelas atribuídas pela lei. No início da década de 1940, por exemplo, uma grande epidemia de tifo castigou aquelas plagas e ele participou

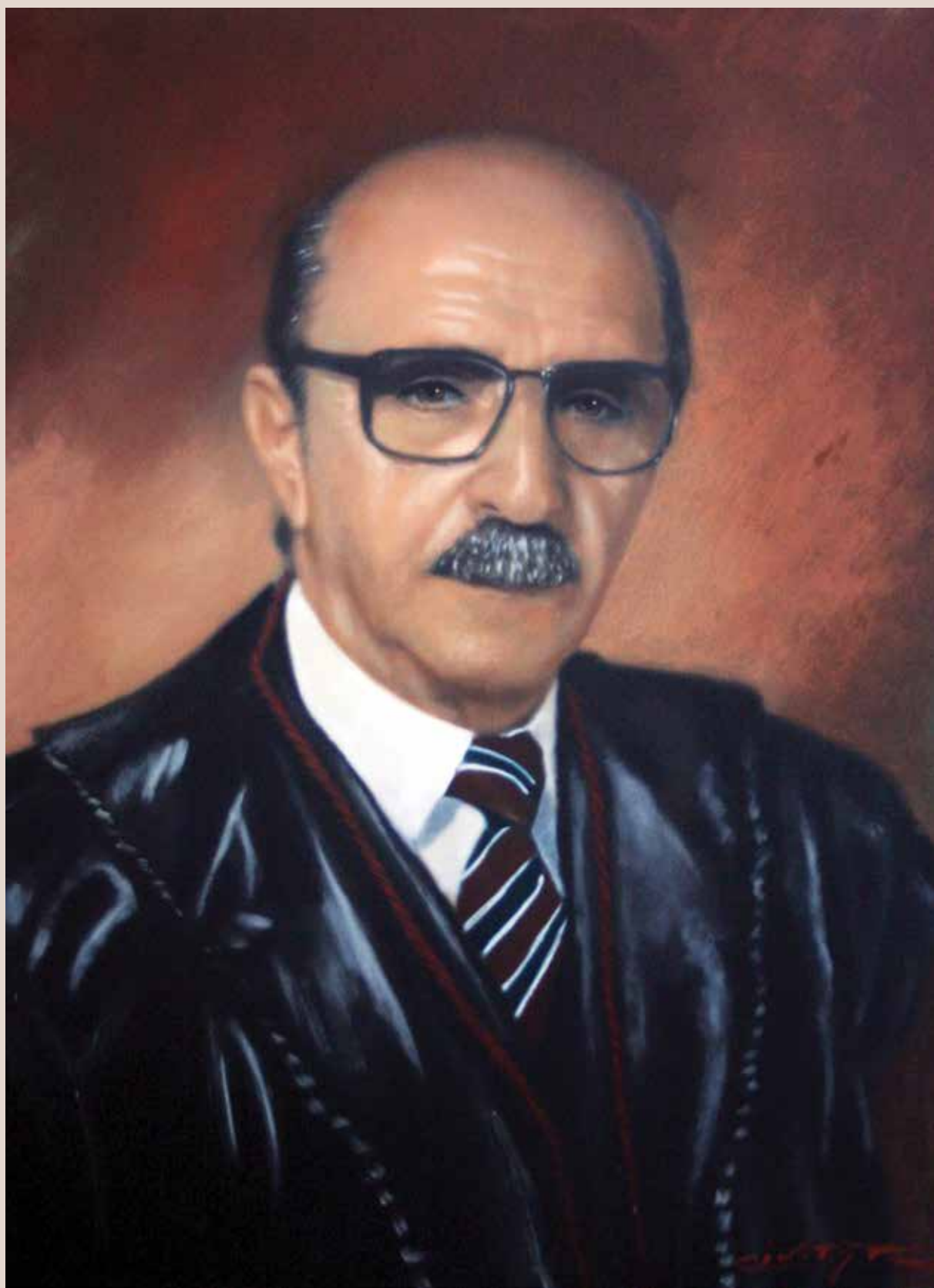
ativamente, dia e noite, da vacinação, inclusive aplicando injeções, dando atendimento à população. Sem ser médico, ocupou o cargo de diretor do hospital do município.

Em outra ocasião, um tenente do exército, encarregado do recrutamento militar, matou a tiros de revólver o agente dos Correios na sua frente. Imediatamente, deu voz de prisão ao tenente, que reagiu e foi por ele desarmado em luta corporal. Atitude ousada e de muita coragem.

Promovido para a comarca de Antonina, lá chegou em tempos difíceis. Época da guerra. João Cid colaborou com a população no amparo às famílias dos expedicionários. Antonina, em que pese ser pequena, emprestou ao Brasil mais de oitenta de seus filhos, para lutar naquela guerra. Quando os heróis retornaram, o promotor discursou em praça pública, saudando os que voltaram.

Ainda no município do litoral do estado, junto com o juiz de direito Artur da Cruz Galvão do Rio Apa, reorganizou o Cartório de Registro Civil, que estava um verdadeiro caos, impondo medidas regulatórias. Coordenou um projeto de incentivo escolar para que todas as crianças fossem matriculadas na escola, sob pena de responsabilização dos pais. Nas duas ações obteve absoluto sucesso.

Promovido para Curitiba, por ato do inter-



João Cid de Macedo Portugal.

ventor Manoel Ribas, numa vaga resultante da demissão do dr. Divonsir Borba Cortes, João Cid assumiu normalmente o cargo. Naqueles dias ocorreu a séria distensão política nacional e foram depostos o presidente da República e os governadores estaduais. Assumiu o governo do Paraná, como Interventor Federal, o presidente do Tribunal de Justiça, des. Clotário Portugal, seu pai.

A demissão do dr. Divonsir Borba Cortes foi considerada arbitrária. O então interventor entendia que fora uma injustiça e deveria ser reparada com a reintegração do ofendido o mais breve possível. João Cid, promotor público, ocupava o cargo de oficial de gabinete do Interventor e recebeu com elegância a decisão do pai. Pessoalmente, providenciou a elaboração do decreto tornando sem efeito a sua promoção, mesmo não havendo qualquer nulidade. Atitude que bem demonstrava seu caráter.

Foi procurador-geral da Justiça, o primeiro escolhido dentre os da carreira do Ministério Público, uma velha reivindicação da classe. Nessa função, extinguiu a nomeação de estudantes de Direito para o cargo de promotor, hábito comum à época. Os promotores passaram a ingressar na carreira exclusivamente por concurso público.

Magistratura

A carreira na magistratura começou em 1970, quando foi criado o Tribunal de Alçada. Nomeado juiz de alçada, dentre os dez que instalaram o novo tribunal, na vaga destinada aos promotores pelo quinto constitucional. Exerceu a presidência daquela Corte em duas oportunidades, 1978/79 e 1980/81. Integrante da Câmara Criminal, foi o primeiro juiz a conceder liminar em *habeas corpus*. No IV Encontro dos Tribunais de Alçada, em 1975,

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, na década de 1980, foi pioneiro no uso da informática para movimentação processual e consulta de jurisprudência, sendo exemplo para o restante do país. Na foto, em 1986, o ministro Moreira Alves, presidente do Supremo Tribunal Federal, inteirava-se do sistema.



João Cid de Macedo Portugal

Nasceu em Curitiba em 09 de julho de 1916 e faleceu em 2004. Filho de Clotário de Macedo Portugal e de Anita de Macedo Portugal. Pai de Roberto, Raul, Ana Leonor, Paulo Clotário, o magistrado Evandro, Diogo, João Cid Filho e Cristiane.



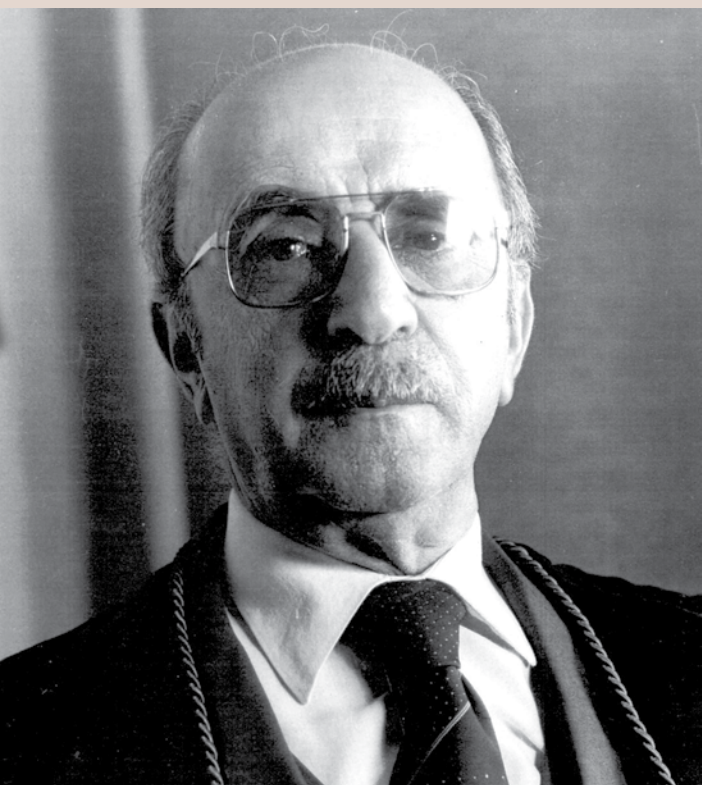
defendeu tese da revisão criminal requerida pelo próprio réu. Entendia que se a ação fosse mal instruída, o relator, após requisitar os autos originais, teria condições de suprir as lacunas. Esta tese de sua autoria foi aprovada por unanimidade. As revisões criminais não eram conhecidas e assim passaram a ser pleiteadas.

Em 1981 foi nomeado por merecimento desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Atuou em Câmara Cível e ali permaneceu até a aposentadoria compulsória. Sempre foi um profissional consciente da responsabilidade inerente ao papel de um juiz. Manteve seu serviço rigorosamente em dia. Lembro-me dele levando o malote cheio de processos para, nas férias, em sua casa de Guaratuba, estudá-los e, assim, adiantar suas decisões.

João Cid sempre recebeu os advogados e as pessoas que o procuravam com alegria e lhanza no trato.

Foi o primeiro supervisor da Escola da Magistratura do Paraná, instalada pelo saudoso desembargador Alceu Conceição Machado.

Lembro-me de um de seus ensinamentos, o juiz, além da vocação, tinha que integrar a sociedade da comarca e desta participar, não sozinho, mas com a família. O juiz tinha que conviver como se fora um filho da terra. Assim ele mesmo sempre agiu.



Homem público

Um dia, chegou ao Palácio do Governo acompanhando seu pai, que era o interventor do Estado. Havia, naquela época, em atendimento ao cerimonial, um toque de clarim anunciando a chegada do governador ao Palácio. E meu avô disse ao meu pai: “-Esse toque não é para mim, é para o governador. Amanhã eu deixo o cargo e não o escuto mais. Triste

daquele que pensa que o toque é para ele.”

Essa é uma das passagens mais bonitas da vida de meu pai e que me emociona só de contar.

Como político, João Cid ajudou a fundar o Partido Democrata Cristão no Paraná e candidatou-se a prefeito de Curitiba, na primeira eleição realizada para o cargo. Concorreu com Ney Braga, que foi o eleito.

No governo de Bento Munhoz da Rocha foi designado para ser o relator do Código da Polícia Militar do Estado, transformado em lei.

Atuou nos governos de Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha. Exerceu funções de presidente da Comissão de Serviço Público, posteriormente transformada em Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e de secretário do Governo.

Nunca parou de trabalhar, um homem produtivo, sempre. Atuante, inclusive em diversos clubes de serviços, como o Rotary, onde se envolveu em causas nobres e importantes.

Integrou o Conselho Penitenciário, por muitos anos, depois de sua aposentadoria até sua morte, em 2004, aos 86 anos. Foi um juiz integral por toda a vida.

Magistério

Ainda cabe aqui contar um último fato que marca a personalidade do promotor, juiz, político e homem que foi, ainda, professor. Professor da cadeira de Direito Penal, desde a fundação da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), deixando ensinamentos que marcaram o caráter de gerações.

Democrata por excelência se expôs em momentos difíceis da história do Brasil. Na época da Revolução, na década de 60, um de seus alunos do 5º ano, dado como subversivo, foi preso. Apesar de muitos discordarem, meu pai, o professor João Cid, levava as provas de



todas as matérias ao presídio para que o aluno não perdesse o ano e pudesse se formar. Foi a ponte entre o estudante, hoje ilustre advogado, e a universidade naquele ano. Meu pai sempre se revelou um homem de nobres atitudes.

Homem de respeito

Não somente no magistério, João Cid deixou ensinamentos de grandeza, de respeito à cidadania, ao direito individual e à democracia. Transmitiu exemplo de dignidade e honradez a seus alunos, reforçando conceitos permanentes, exemplos de caráter, de firmeza e inaba-

TRIBUNAL DE ALÇADA DO PARANÁ 1980/81

Jayme Munhoz Gonçalves, Abrahão Miguel, Francisco Postarek Sobrinho (procurador da Justiça), João Cid de Macedo Portugal (presidente), Cláudio Nunes do Nascimento, Plínio Cachuba, Szczepan Maximiliano Stasiak, Lauro Lima Lopes, Sílvio Romero Stadler de Souza, Clementino Schiavon Puppi, José Lemos Filho, Clodomir Costa Lima, Haroldo da Costa Pinto, Luiz José Perrotti e o diretor-secretário Roberto Portugal.



lável convicção. Nunca julgou alguém pela sua ideologia. Foi generoso em sua relação com a sociedade. Sempre se sensibilizou com as mazelas dos mais carentes, não se cansando em ajudar e estender a mão para quem dele precisasse. Sempre repetia que o sol brilhava para todos, lembrando que qualquer discriminação era deplorável e inadmissível.

Aqui contei algumas passagens interessantes, que traduzem a personalidade marcante de um homem e cujas atitudes revelam um caráter limpo e reto, exemplo para os pósteros.

Esses fatos estão no livro de sua autoria, publicado pela Editora Lud, em 1965, *Memórias e Reflexões*.



Roberto Portugal

Advogado.

Diretor-secretário do Tribunal de Alçada. Assessor jurídico do quadro do Tribunal de Justiça, exercendo também, suas funções na presidência e na corregedoria geral da Justiça. ✍️



Caminho para as ARTES



Por Giovana Casagrande Fabiani

Ao escrever este texto me perguntei quando e por que escolhi o caminho das artes.

Foi preciso ir até o passado, resgatar algumas lembranças queridas guardadas no baú da saudade, do tempo em que era criança. Nasci no interior, em uma cidade pequena do sudoeste do Paraná, cercada por plantações, rios, riachos, de natureza exuberante e com a liberdade de ir e vir sem medo algum, pedalar de bicicleta, sem hora para voltar. Conhecia todas

as pessoas da cidade e todos me conheciam.

Na infância, costumava vagar sozinha pelo jardim e pela horta da casa de minha avó. Era um pequeno espaço que, rapidamente, na minha imaginação, tornava-se outro. Era um mundo de coisas fantásticas, de sonho naquela simples plantação de morangos. Entre flores e árvores, tempo e espaço não faziam qualquer sentido. Eu tinha a sensação de contemplar o mar e sentir o vento, ouvir as ondas e olhar outra vez para o mar e ter a sensação de que era infinito. Eram momentos únicos e belos. Percorria o caminho da intuição, guiava-me pelo sonho, pela fantasia, imaginação e criatividade. A partir dessa experiência, surgiram outras ideias e brincando comecei a construir objetos com aqueles materiais da natureza, folhas, flores e desenvolvi meu trabalho artístico.

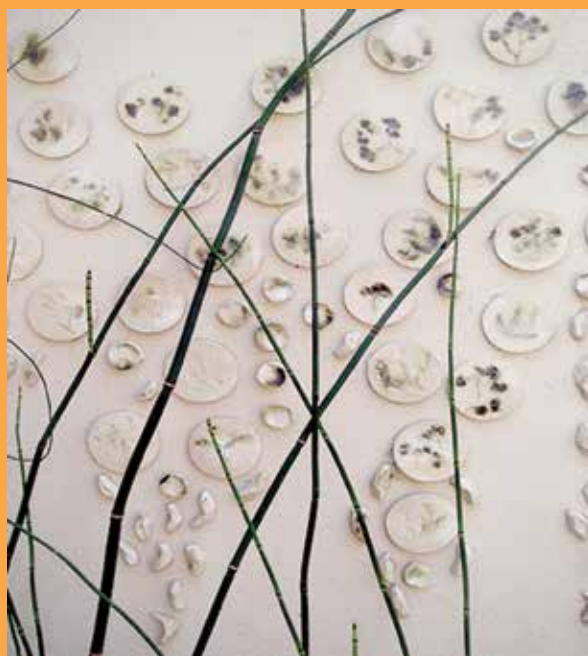
É no divertimento que nasce a arte e o artista apenas canaliza e organiza de uma forma poética, a estética, utilizando as técnicas. Todas as pessoas são potencialmente criativas. O artista sente imenso prazer em fazer coisas, em expressar-se sem o compromisso de alcançar um resultado imediato.

A Arte é um entretenimento que maravilha os olhos, invade os ouvidos e engrandece a alma. Por isso, cada vez mais se faz necessária no mundo de hoje. Vivemos distanciados da natureza, das coisas simples, vivenciamos o dia a dia numa rotina e, às vezes, passam despercebidas pequenas coisas que muito nos alegrariam. É um viver quase mecânico. Perdemos a sutileza, o poder de contemplar, o de ouvir, e estabelecemos limites em nosso ser criativo. É preciso resgatar a criatividade. Muitas vezes, o adulto na azáfama do seu cotidiano, afasta-se das lembranças do tempo inicial da vida, da infância, que é o tempo de imaginação e do espírito livre.

Para o artista desenvolver satisfatoriamente seu trabalho, a sensibilidade é imprescindível, a autoconfiança, e ser capaz de se libertar.

Não basta ter talento, é preciso ser consciente, generoso, olhar o mundo com





sensibilidade e oferecer, em qualquer forma de manifestação artística (pintura, música, teatro) algo que ultrapasse o entendimento da técnica.

Quando li pela primeira vez o poema de Rubem Alves que fala sobre um jardim, entendi porque escolhi o caminho da arte.

“... Queria o jardim dos meus sonhos, aquele que existia dentro de mim como saudade. O que eu buscava não era a estética dos espaços de fora; era a poética dos espaços de dentro. Eu queria fazer ressuscitar o encanto de jardins passados, de felicidades perdidas, de alegrias já idas. Em busca do tempo perdido. Depois de uma longa espera consegui, finalmente, plantar o meu jardim. Tive de esperar muito tempo porque jardins precisam de terra para existir. Mas a terra eu não tinha. De meu, eu só tinha o sonho. Sei que é nos sonhos que os jardins existem, antes de existirem do lado de fora. Um jardim é um sonho que virou realidade, revelação de nossa verdade interior escondida, a alma nua se oferecendo ao deleite dos outros, sem vergonha alguma... Mas os sonhos, sendo coisas belas, são coisas fracas. Sozinhos eles nada podem fazer: pássaros sem asas... São como as canções, que nada são até que alguém as cante; como as sementes, dentro dos pacotinhos, à espera de alguém que as liberte e as plante na terra.”

A escolha pelo mundo das artes vem da infância, do olhar artístico voltado para a natureza guiada pela intuição até chegar a ela.

Sinto-me privilegiada por poder fazer o que gosto, ter ao meu lado Alexandre e seu apoio incondicional e por viver a Arte, que nos eleva e nos torna sensíveis, leves e generosos para com a vida.

Ao acompanhar Alexandre por algumas cidades do Paraná (Curiúva, Campo Mourão e Maringá) sempre estive envolvida de alguma forma com artesanatos e cursos artísticos locais. Ao chegar a Curitiba me graduei em Pintura pela Faculdade de Música e Belas Artes do Paraná e logo fiz pós-graduação em História Moderna



e Contemporânea. Cursei durante três anos Fotografia e Laboratório, com o artista Roberto Pittela e frequentei o ateliê de cerâmica da artista Alice Yamamura, já falecida. Participei de exposições com pintura, cerâmica, fotografia e vídeo-arte, além de colaborar há três anos com a revista Novos Rumos, com textos sobre arte.

Trabalho desde 2009 com coletivo de artistas – ARTIXX – na linguagem da Arte Contemporânea em um contexto social. A atividade orientada oferece aos participantes o espaço de uma forma dinâmica da sociabilidade para as relações humanas que vai além do fazer o objeto.

Individualmente desenvolvo trabalhos voltados para a reciclagem de materiais, com o uso da colagem, da pintura e da cerâmica, que se transformam em objetos de decoração e criação de painéis.



Giovana Casagrande Fabiani e seu marido, o juiz Alexandre Fabiani.

O JOVEM ADVOGADO

Wilson Reback

Por Rui Cavallin Pinto

Faz pouco tempo, meu velho amigo, o historiador Francisco Dias Soares Sobrinho, me mandou dos seus ricos arquivos uma nota jornalística sobre a inauguração do I° Salão de Arte Fotográfica de Apucarana, realizada nos dias 22 a 27 de janeiro de 1956, dando destaque ao papel do meu colega advogado Wilson Reback, presidente então do Foto Clube local, entidade promotora do evento.

O salão foi instalado na Praça Ruy Barbosa e a exposição reuniu bom número de participantes locais (e até estrangeiros), apreciadores da arte fotográfica. A inauguração foi solene e contou com a presença do prefeito local, Jorge Maia, incumbido do discurso de abertura e desate da fita inaugural da exposição.

Wilson Reback morreu recentemente, na condição de desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado, doente há alguns anos, vítima de grave acidente cerebral que o afastou definitivamente das funções e o condenou à imobilidade e ao silêncio da fala.

A propósito, quero recordar, entretanto, que foi por ocasião de sua solenidade de formatura em Direito que eu o convidei a dividir comigo uma pequena banca de advocacia em Apucarana, inicialmente numa das salas do prédio do Adão Kaniewski, na esquina da praça

central da cidade. E então ele passou anos conosco, participando do difícil início profissional da advocacia, enquanto reforçava seu ganho como professor suplementarista do Estado. Os tempos eram então difíceis, pois toda a região fora atingida por fortes geadas que cobriram de noiva os ricos cafezais e debilitaram a economia do Estado. Apesar das dificuldades, porém, nós nos sentíamos felizes, pois vivíamos no convívio de jovens e confiávamos na vida e no futuro, como é próprio dessa fase otimista da existência. Reback então cumpria seu papel de advogado recém formado e não tinha ainda definido um projeto definitivo de vida. Era católico devoto. Pertencera à juventude universitária católica e, ante a regularidade com que cumpria seus deveres religiosos, até admitíamos tivesse sido tentado a devotar-se à vida religiosa. Optara, porém, pela advocacia e se entretinha a dar aulas de latim e português. Aberto ao convívio e bom de prosa, cultivava amigos e gozava da estima de seus alunos. Certa vez se pôs a montar uma peça teatral, recrutando seus próprios discípulos. Era uma peça de Pedro Bloch: “Os inimigos não mandam flores”. Quantas vezes eu o vi ensaiando no salão social do Colégio Santos Dumont como um autêntico diretor de cena. O fato, porém, é que a peça nem saiu dos ensaios, fracassou... Outro gosto pessoal era o de ouvir ópera, mas



Wilson Reback.

do repertório só tínhamos uma reprodução de vinil, que era a dos Pagliacci, de Leoncavallo; o resto era procurar quem nos surprende de outras. Ainda um outro gosto particular com o qual se comprazia era o da fotografia, para cuja arte sempre lhe atribuí um certo talento natural; prova disso é ter sido levado a fundar o clube da fotografia da cidade e a promover suas exposições.

Ficasse mais tempo entre nós e certamente teria deixado legado mais rico, de amizades e de participação na vida da cidade. Porém, quando se dispôs a casar com Andyara (um amor fiel, que alimentava desde o tempo da mocidade católica), decidiu dotar sua futura família de maior segurança e assumir um destino definitivo, ingressando na magistratura estadual, para a qual a vivência do tempo e a continuidade do estudo já o recomendavam. Foi quando deixou Apucarana e só voltamos a vê-lo tempos depois, já juiz de direito, cumprindo um longo périplo pelo Estado. Tempos em diante, nossos encontros foram casuais, habitualmente em Curitiba, em períodos de férias forenses. Enfim, como juiz acompanhei a distância sua bela carreira, que o levou ao Tribunal de Alçada, de que foi presidente, e, finalmente, ao Tribunal de Justiça, onde atuou por anos e deixou memória definitiva de sua vocação e devoção à justiça.

Foi amigo de Apucarana, onde conviveu, serviu e guardou lembranças que repetia com carinho. Fez grande número de amigos e me orgulho de ter dividido com ele um período de amável e proveitoso convívio e, com mais razão talvez, também ter dividido com ele o ideal de procurar e tentar a difícil realização da justiça. Depois disso seguimos caminhos próprios. Reback é assim, diante do infortúnio inelutável que o vitimou, uma presença que lamentavelmente se apaga, mas uma lembrança que permanece viva na estima e na saudade de todos nós.



Wilson Reback

Nascido em Ponta Grossa em 24 de outubro de 1927, filho de Hercília e Alexandre Reback. Bacharel pela UFPR, turma de 1952. Iniciou na carreira da magistratura em 1957, nomeado juiz substituto da 9ª Sessão Judiciária de Londrina. Após concurso, assumiu o cargo de juiz de direito, judicando nas comarcas de Irati, Maringá e Curitiba, aonde chegou em 1969. Nomeado juiz de Alçada em 1979, ocupou a presidência no biênio 1986/07. Alçado ao cargo de desembargador do TJPR em 1987, aposentou-se em 1997. Faleceu em 2011. ✍️



Grande homem e exemplo de magistrado

Por Noeli Salete Tavares Reback

O tempo passou, dias, meses, anos, mas parece que foi ontem. Quando o cumprimentei pela primeira vez, tive receio, estava diante de um magistrado, de um desembargador. Era uma figura imponente, de sorriso leve, firmeza na voz. Com palavras seguras e agradáveis e aqueles sinceros olhos azuis, meu receio se desfez. Conheci-o bem, tive o privilégio de desfrutar de sua convivência como pai, avô, sogro e amigo.

Foi um magistrado estudioso, defensor incansável do Direito, seguro de suas ideias e posicionamentos, dispensou valorosa contribuição à magistratura e seu legado é um tributo ao Poder Judiciário.

Além da dedicação exclusiva ao trabalho, achava tempo para apreciar a arte da música. Sempre atualizado em assuntos políticos, dedicava-se com esmero ao que chamava de hobby. Na verdade, era um profundo conhecedor da música erudita, das grandes óperas, das danças flamengas e do balé. Especialista na escolha de bons filmes, compartilhava seu bom gosto com a família e grupo de amigos.

Mesmo depois da ausência da sua amada Andyara, mantinha a família unida, transmitindo o carinho de pai aos filhos, genros, noras e irmã, somava-se ao aconchego do avô a segurança de um pilar.

Saudades infinitas e a certeza de que o desembargador Wilson Reback escreveu uma história de vida com honradez e dignidade, merecendo todo o respeito e servindo de exemplo para gerações futuras.

Tive a honra de receber de suas mãos a toga da magistratura e orgulho-me de assinar seu sobrenome.

Rui Cavallin Pinto



Nascido em Curitiba, bacharel pela UFPR, turma de 1953 e licenciado em História pela Faculdade de Filosofia de Mandaguari, turma 1971. Procurador da Justiça, imortal da Academia Paranaense de Letras e orador do

Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Durante oito anos manteve na imprensa coluna semanal sobre o Ministério Público. Autor de *MP - História & Historietas*, *O Amor de Solano Lopes e...*, *Discursos Acadêmicos* e *A Arca da Memória*. Prestigiado e reconhecido, colabora em revistas e semanários. ✍️

A mulher é minha!

Por Rogério Ribas

Vou narrar um fato ocorrido em Coronel Vivida, no começo dos anos 90, no átrio do Fórum daquela comarca.

É sobre um cidadão, um italiano, morador no interior do município, que estava sendo processado por lesão corporal cometida contra a companheira. Alto, encorpado, grandão, com uns 70 anos, mais ou menos, vivia com uma mulher de vinte e poucos anos. Quer dizer, jovem para ele. Era daqueles que tinha dificuldade em falar o português. Suas palavras eram misturadas. Vinham acompanhadas de carregado sotaque italiano, bem comum no sudoeste paranaense, colonizado, na maioria, por gaúchos italianos e alemães.

Pois bem, o cidadão chegou furioso ao Fórum e reclamava em voz alta à escritã criminal. Alegava que não entendia o motivo da intimação, nem o porquê de estar ali e ter que dar explicações.

A escritã, dona Cleuza, tentava explicar:

-“**O senhor foi denunciado pelo Promotor.**”

E ele dizia:

-“**Promotor, mas como? Eu nem conheço ele!**

O que ele quer comigo?”

-“**O senhor vai ser interrogado**”, numa tentativa de acalmar o italiano.

E ele prosseguia furioso:

-“**Mas, interrogado? O que foi que eu fiz?**”

A escritã, baixando a voz, informou-lhe a acusação:

-“**Aqui, no processo, diz que o senhor bateu na sua mulher**”.

Então, o italiano bradou com toda a autoridade:

-“**Ah, então é isso, é! Eu não tenho nada a informar, porque a mulher é minha!!!!**”

Posse como juiz substituto em 21/06/1990



Formatura da esposa Márcia em 2006.



Natal de 2010, Nova Iorque.



Leonardo e o pai em Nova Iorque.



Rogério Ribas

Rogério Ribas nasceu em Pato Branco em 1968. Realizou os estudos iniciais na cidade natal. Bacharelou-se em Direito pela UFPR, na Turma 1989. Ingressou na Magistratura paranaense em 1990, como juiz substituto da Seção Judiciária de Francisco Beltrão. Em 1991 foi promovido a juiz de direito e julgou nas comarcas de Coronel Vivida, União da Vitória e Curitiba, aonde chegou em 1996. Atuou como juiz de direito substituto em varas criminais e de família, até chegar a titular da 2ª Vara de Delitos do Trânsito, em 2007. Atualmente, é juiz de direito substituto junto à 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná.

Após 1996, passou a participar ativamente das atividades associativas. Na Amapar é diretor de Comunicação Social e Recursos Humanos desde 2004 e, atualmente, ocupa o cargo de diretor adjunto de Comunicação Social - Região Sul - da Associação Brasileira de Magistrados (AMB).

Casado com Márcia Pradella Ribas, são pais de Leonardo. 

O juiz gurizão

Esta história é verídica e ocorreu em 1990 na cidade de Francisco Beltrão, onde atuei como juiz substituto por cerca de um ano. Depois, passando de boca em boca, até virou piada. Eu mesmo a ouvi contada por outro colega já aposentado, num bate-papo na colônia de férias de Guaratuba.

Pois bem. Vamos à história. Era verão e os termômetros marcavam 40 graus. Francisco Beltrão é muito quente, faz muito calor.

Havia uma audiência de interrogatório designada. Um caso de posse de tóxicos por um rapaz da cidade. Ele respondia solto ao processo e compareceu ao fórum na data marcada para ser ouvido. Veio de motocicleta, tinha consigo o capacete e uma mochila.

O auxiliar de cartório que secretariava as audiências se chamava Ivo, um grande amigo na verdade. Era de cor negra e tinha aproximadamente 40 anos. As pessoas ficavam até

com medo dele porque era sério, bem forte e falava com voz grave.

O Ivo qualificou o interrogado, colhendo seus dados pessoais. Depois, fez um sinal com a cabeça para mim, o juiz, e então comecei a perguntar sobre os fatos dos quais o rapaz era acusado. Utilizei uma linguagem simples, informal, para deixar o réu à vontade. Como fazia calor, eu estava sem gravata, apenas de manga de camisa dobrada na altura dos cotovelos.

Tudo correu bem. Ao final do interrogatório o rapaz assinou o termo, pegou seu capacete e pertences, dirigiu-se até a porta de saída da sala de audiências da Vara Criminal.

Porém, antes de sair ele se voltou, olhou para o auxiliar Ivo e disse:

-“**O Senhor me desculpe qualquer coisa. Muito obrigado.**”

E, na sequência, olhou para mim, o juiz, e disse:

-“**Valeu, gurizão!!!**”.

UM TIPO INESQUECÍVEL

Por José de Mello

Há sempre alguém que entra e permanece em nossas lembranças, dada sua personalidade incomum, diferente, marcante, inconfundível.

E, por um motivo qualquer, por simples associação de ideias, essas pessoas, em dado momento, ressurgem em nossas lembranças levando-nos a revê-las com respeito e saudade. Como todos, também tenho meu tipo inesquecível. E, para ser verdadeiro, não somente um, mas alguns. Eles vivem encolhidinhos no fundo de minhas reminiscências e, vez por outra, sem mesmo que eu perceba, me aparecem e me conduzem a reviver o passado, que por vezes, já vai distante.

De repente, veio-me à mente o tema e, logo, alguém dentro de mim se levantou de seu cantinho e cochichou ao ouvido:

- Por que não fala de mim? Os mortos também gostariam de ser lembrados...

- Ah! Já sei quem é, já o vejo.

- Então fale.

- Bem, já que esse é seu desejo, vamos tentar.

Quando o conheci, na segunda metade da década de 30, ele já tinha passado dos setenta. Talvez estivesse com 72 ou 73.

Naquela época em que eu não tinha atingido a maioridade, ele me pareceu, à primeira vista, um velho enfatuado, desafiando o tempo e a

própria morte na presunção de que era ainda bastante moço para se entregar à inércia e recolher-se ao sossego.

É interessante como a maturidade nos faz ver e compreender os segredos da vida por uma perspectiva bem diversa daquela pela qual costumávamos olhá-los e entendê-los na mocidade!

Hoje que já sou sexagenário e ainda me sinto com forças e mais que isto, com vontade de viver, se possível, mais uns dez anos, não ousaria chamar de velho enfatuado alguém que, no pleno gozo de suas faculdades mentais, continuava a difundir ensinamentos, conselhos e experiência e a transmitir alegria e entusiasmo, não obstante o peso de sua respeitável longevidade.

Por isso relembro e revejo aquela figura como a de um homem adorável, avançado em idade, mas de espírito jovem, brilhante a seduzir, pelo esplendor de sua inconfundível personalidade, todos os que dele se acercavam.

Ele se chamava Affonso de Castro Rebelo e lecionava a cadeira de Direito Internacional Público na renomada Faculdade de Direito da Bahia.

Nada sei sobre sua vida anterior: o que foi ou teria feito, e nem era meu intento levantar sua biografia. Sei, apenas, que era o decano dos professores daquela faculdade, embora dois outros eminentes mestres, Filinto Justi-



José de Mello.

niano Ferreira Bastos, santo e sábio, e Ponciano de Oliveira, o sobrepujassem em idade, aquele com 80 e este com 79 anos.

Além de decano dos professores, Castro Rebelo ainda tinha o privilégio, e por certo regalias, de ter integrado o primeiro corpo docente da Faculdade de Direito da Bahia, essa gloriosa faculdade que, autorizada a funcionar por decreto de 02 de Janeiro de 1891, foi instalada oficial e solenemente no dia 15 de abril daquele ano, no velho prédio, nº 11, na antiga Ladeira da Praça.

Coincidência curiosa e histórica é que, nesse mesmo prédio, D. João VI ao chegar ao Brasil, assinou no dia 28 de Janeiro de 1808, a carta régia autorizando a abertura dos portos do Brasil às nações amigas.

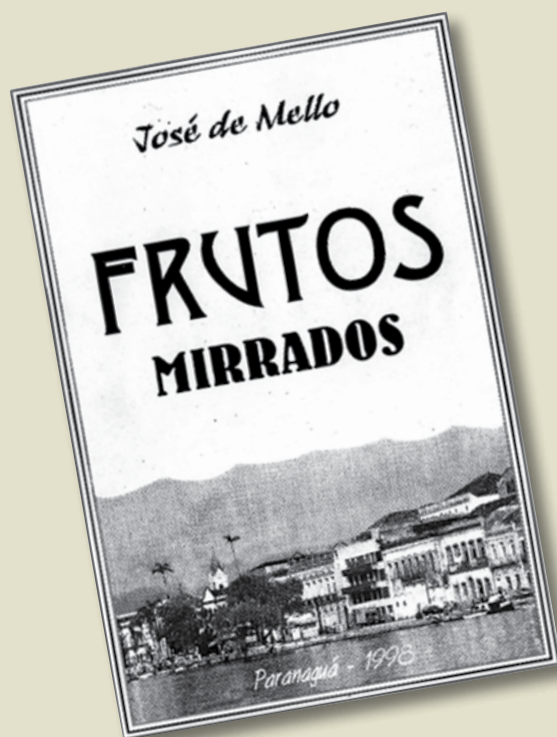
Ocorre, porém, que esse prédio, bem como o modesto sobradinho que o confrontava e onde nasceu José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, algum tempo depois, foram ambos demolidos para satisfazer as exigências urbanísticas de uma cidade que crescia e se modernizava. E não demorou para que a picareta do progresso pusesse abaixo todos os demais casarões subjacentes da Ladeira da Praça, velhos sobrados coloniais de águas-furtadas sem conta, escuros, bolorentos, fétidos, infestados de ratos e baratas e agora transformados em pensões para operários, estudantes e “garçonetes”.

De tudo restou um ato de reconhecimento: a antiga Ladeira da Praça passou a denominar-se Rua Visconde do Rio Branco, em homenagem ao eminente estadista do segundo reinado, ali nascido no ano de 1819.

Deixando de lado essa digressão histórica, voltemos ao Castro Rebelo. Era um homem de estatura média, mais para gordo do que magro, ainda, espigado e elegante. Seus cabelos, já ralos e brancos, pouco escondiam o róseo do couro cabeludo. Testa larga sem ser fugidia,

*Ensinou-me a vida que
a alma não envelhece,
não encarquilha embora
permaneça habitando
um corpo que enfraquece,
definha e se extingue.*

José de Mello



atestava o alto índice de sua inteligência. Orelhas grandes, mas bem plantadas. Olhos de um castanho bastante claro, parecendo-me, por vezes, azulados. Nariz grande e grosso. Bigode branco, grosso, mas falho, a estender-se de um canto a outro da boca. Dentes amarelados pelo fumo, gastos, mas sem falhas visíveis. Faces coradas, quase avermelhadas. Queixo redondo completando a conformação ovalar do rosto. Na testa e no canto dos olhos o rendilhado das rugas que o tempo criou.

Trajava-se impecavelmente, mas com sobriedade. Não dispensava o chapéu de feltro, o que, aliás, era como que obrigatório na época. Paletó bem talhado, calças vincadas. Camisas brancas, de colarinho e punhos engomados. Colete sempre igual à fazenda do paletó ou jaquetão. Sapatos pretos, de cromo ou verniz, algumas vezes de couro marrom. Seus ternos, de casemira, variavam entre as cores admitidas naquele tempo: do marrom ao cinza, do cinza ao azul marinho e deste para o preto.

Amante do asseio pessoal, suas unhas eram brunidas e seu rosto escanhoado todos os dias. Não saía de casa sem antes tomar seu banho matinal, perfumar-se fartamente e trajar-se convenientemente. E como se perfumava o velho professor! Muitas vezes, mesmo antes de ingressar na sala de aula, já pressentíamos a sua aproximação porque, precedendo-o, uma onda de perfume inebriante, gostosa, invadia porta a dentro. E já se dizia: aí vem o Castro Rebelo. Diziam alguns que ele só usava os afamados extratos franceses. Era o aspecto físico com que ele se apresentava diariamente na Faculdade de Direito.

De uma personalidade marcante e de uma autoridade moral invejável, ninguém ousava contraditá-lo. Conhecedor profundo do Direito, era também cultor das letras e um apaixonado das artes. A literatura francesa, sobre todas as demais, seduzia-o, fascinava-

-o. Não havia romancista ou poeta francês que não tivesse lido no original, e isso se justifica porque ele vinha de uma época em que a França irradiava luz ao mundo. Victor Hugo, Racine, Molière, Musset, Chateaubriand eram autores que citava com entusiasmo e profundo respeito. De Victor Hugo costumava dizer que o que esse gênio amassou e jogou na cesta de papéis como coisa imprestável bastaria para imortalizar qualquer poeta!

O professor Castro Rebelo era um apaixonado pela França e tinha-a, por certo, como sua segunda pátria.

O meu primeiro contato com Castro Rebelo se deu durante o mês de janeiro de 1936. Ele fazia parte da banca examinadora do vestibular que se realizava naquele ano e eu era um dos 61 candidatos inscritos no vestibular.

Castro Rebelo examinava a cadeira de literatura e todos deviam enfrentá-lo.

Sucedeu que, dias antes, um amigo sergipano chamado Henrique, segundanista da faculdade, me advertira sobre a predileção que Castro Rebelo tinha para com a literatura e autores franceses, sobretudo por Musset.

Chegada a minha vez de ser examinado, mandou-me Castro Rebelo que “sorteasse o ponto”, isto é, tirasse da urna um dos papéis contendo a matéria sobre a qual deveria ser arguido.

Tirei o cartão e entreguei nas mãos do professor. Ele leu e me disse: literatura latina.

Estremeci!

Que sabia eu dos autores latinos, senão e apenas que Ovídio escrevera as complicadas Metamorfoses, que Virgílio compusera a famosa Eneida e que Horácio produzira a Odisseia?!

Ora, meu Deus, aqui eu já estava mal, porque afinal quem escreveu a Odisseia não foi Horácio e sim o poeta grego Homero.

- Cite os principais vultos da literatura latina.

- Ovídio, Virgílio, Horácio... (e fiquei nisso...)
- Quem escreveu Eneida?
- Virgílio.
- Que acha de Horácio?

Ora, que é que eu poderia achar de Horácio se nunca o lera? Pensei então o que dizer para fugir daquela situação de aperto em que me encontrava. E, naquele momento, lembrei-me da advertência que Henrique me fizera. Não hesitei:

- Acho que Horácio foi um grande literato, mas prefiro Victor Hugo.

Naquele instante Castro Rebelo bateu a palma da mão sobre a mesa (o que me fez estremecer de susto e medo) e como que encantado, exclamou:

- Ah! Victor Hugo... Já leu Victor Hugo?
- Alguma coisa...
- No original?
- Não, professor.
- Pois precisas ler Victor Hugo no original.

Foi o maior gênio das letras que o mundo já produziu. Foi isto, foi aquilo....

E lá se foi falando, falando até que se deu por satisfeito com a *brilhante exposição* que eu deveria fazer e que ele fez por mim.

Depois, com toda a naturalidade:

- Estou satisfeito. Agora preciso ir ao banheiro.

E aprovou-me.

Como já ressaltai, Castro Rebelo primava pelo aseo pessoal, pelo banho matinal e pelo apuro no trajar, o que, por certo, lhe tomava muito tempo. Talvez por isso suas aulas eram dadas no último horário, isto é, às 11 horas.

Contava-se que certa feita o professor Alexandre Machado, mais conhecido como Machadinho, que era também o secretário da faculdade, ao elaborar, no princípio do ano, o horário das aulas, passou Castro Rebelo para o primeiro horário, vale dizer, para às 8 horas da manhã.



**Faculdade de Direito da
Universidade Federal da Bahia.**



Ao ter conhecimento da alteração feita à sua revelia, procurou Machadinho e lhe disse:

- Machadinho, eu só saio de casa depois que faço a barba, tomo meu banho e me preparo como gente que se preza, porque não sou relaxado e porco. Trate de repor minhas aulas para o horário costumeiro.

- Mas, professor...

- Não tem mais nem menos. Mude o horário e não me contrarie.

Desnecessário dizer que tudo voltou a ser o que era dantes. E com isso os alunos se deliciavam, porque o Machadinho era o bicho-papão da faculdade. Reprovava em massa.

Castro Rebelo nunca reprovou nenhum aluno, o que era motivo de falar, à boca pequena, que ele não reprovava porque suas aulas versavam sobre tudo: literatura, arte, cinema, teatro, guerra, menos Direito.

É evidente que havia exagero nessa afirmação, mas que o mestre divagava isso era verdade, pois quando fui seu aluno, no 4º ano, tive ocasião de constatar que nem sempre se valia de todo o horário para lecionar exclusivamente a matéria do curso.

A culpa era mais dos estudantes que dele. Provocavam-no logo no começo das aulas para que cásse em divagações e ele entrava na cilada.

Naquela época o cinema e o teatro atravessavam uma fase de extraordinária grandeza. Os filmes tanto americanos como os franceses eram excelentes, verdadeiras obras-primas e jamais foram superadas, embora os de hoje sejam mais nítidos e audíveis, dado o desenvolvimento da eletrônica e de todas as ciências.

O teatro nacional pontificava com artistas talentosos como Jaime Costa, Dulcina de Moraes, Procópio Ferreira, Joracy Camargo e tantos outros de saudosa memória. Foi a época de peças notáveis como Deus lhe

pague, Maria Cachucha, O Sábio e outras de real e extraordinário valor. Enquanto isso o mundo assistia atônito e amedrontado a invasão e dominação de países da velha Europa, pelas aguerridas tropas de uma Alemanha forte e arrogante.

Pois bem, quando Castro Rebelo entrava na sala e mal se sentava, já começavam as perguntas:

-Professor, o senhor viu tal filme? Ouviu pelo rádio que os alemães estão invadindo tal país? Assistiu a tal peça teatral?

Castro Rebelo, frequentador assíduo de cinema, teatro e amante da França é evidente que estava preocupado com os acontecimentos que se desenrolavam na Europa. E ante as indagações que lhe faziam, começava então a emitir considerações e, aos poucos, se empolgava para, em seguida, extravasar-se em torrentes de erudição e eloquência de enlevo ou revolta.

Em dado momento parava de falar, tirava um lenço do bolso, limpava a testa e o rosto, perfumava o ambiente e dizia: vamos à nossa aula. E lá se punha a discorrer sobre Direito Internacional Público citando autores, fazendo comentários, criticando, elogiando. E quando a campainha do saguão de entrada tilintava fortemente alertando que o horário da aula havia terminado, ele perguntava muito admirado:

- A campainha já tocou?

Outras vezes, porém, ou não ouvia ou fingia não ouvir o toque da campainha e continuava a falar por mais dez, quinze minutos, até que o Emídio, velho bedel, viesse lembrá-lo do adiantado da hora.

Lembro-me, certa feita, do ventilador que havia na sala e estava ligado. Ao transpor a porta, Castro Rebelo recebeu uma lufada de vento que lhe esvoaçou os poucos cabelos brancos. Pediu que desligassem o aparelho e levou, seguramente, uns quinze minutos a falar

sobre o invento, a mecânica, as vantagens e desvantagens dos ventiladores. Era um homem de uma cultura imensa e variada e que sabia seduzir pelo encanto da palavra e pela precisão dos gestos.

Muito mais poderia dizer de Castro Rebelo, mas já me alonguei em demasia. Vou terminar, portanto, contando ainda uma passagem comentada por todos os alunos e que revela a grandeza de alma desse invulgar e emérito professor.

As provas de junho haviam sido realizadas. E como naquela época ainda não havia computadores, cabia ao professor a obrigação de ler e julgar prova a prova.

Dizia-se que Castro Rebelo não reprovava porque não se dava ao trabalho de ler as provas. As notas seriam dadas, conseqüentemente, de acordo com sua vontade e estado de espírito.

Confiando nisso ou por molecagem, o que é mais provável, um aluno fez em sua prova algumas citações de supostos autores de Direito Internacional. Uns três dias depois, fulo de raiva, vermelho como um pimentão e agitando uma prova nas mãos, Castro Rebelo procurou o diretor.

- Veja, Aluísio (Carvalho Filho), que atrevimento! Será que este moço ignora que eu sei que Errol Flynn, Tirone Power, Clark Gable, Charles Boyer e outros que ele cita são artistas de cinema?

Nessa altura, o diretor estava estupefato, sem saber o que dizer. Mas Castro Rebelo continuou:

- Como se vê, este patife quer ser reprovado... mas eu não reprovoo. Dei-lhe nota seis...

Assim era Castro Rebelo, o professor que durante quase cinquenta anos luzia esplendorosamente como estrela de primeira grandeza na augusta constelação do corpo docente da Faculdade de Direito da Bahia.

José de Mello

Nasceu em 1917 no Rio de Janeiro, então capital federal. Filho de Francisco José de Mello e Maria Penna de Mello, realizou seus estudos iniciais naquela cidade. Como seu pai era militar e fora transferido para Aracaju, cursou o ginásio e o ensino médio no Colégio Atheneu D. Pedro II. Ingressou na Faculdade de Direito da Bahia em 1936, tornando-se bacharel na Turma 1940. Passou a advogar em sua cidade natal.

Casou-se com Rosa de Castro Mello e já era pai quando, inesperadamente, encontrou um colega de bancos acadêmicos, o então suplente de deputado federal na Bahia, João Nou. Após breve conversa, ouviu do amigo a sugestão de ingressar na magistratura paranaense. Sabedor disso, seu pai, já próximo dos oitenta anos, entusiasmou-se e insistiu para que o filho se inscrevesse naquele concurso.

E, eis a grande dúvida, o clima, pois sendo um apaixonado pelo calor, apavorava-se com a ideia de enfrentar o frio implacável do sul do país.


Mas atendendo ao desejo paterno, veio a Curitiba. Hospedou-se no Brás Hotel, na Avenida Luiz Xavier, e outra coincidência, encontrou-se com um conterrâneo do remoto Atheneu de Aracaju, Paulo Magalhães dos Reis, promotor público de Palmeira. O amigo acompanhou-o até o Tribunal de Justiça, cuja sede era no Palácio Garibaldi. Fez a inscrição e passou a estudar para o concurso. Aprovado, ingressou na magistratura paranaense no ano de 1953. Durante 16 anos julgou nas comarcas de São Jerônimo da Serra, Santo Antônio do Barracão (designação da época), Pitanga, Peabiru, Paranaguá e Curitiba, onde se aposentou.

As comarcas de interior, todas elas, de difícil acesso e distantes da capital. Tornavam-se longínquas pela precariedade das estradas, o transbordo em balsas, a inexistência de eletricidade ou comunicação. E prescindiam de qualquer modernidade, faltava casa para o magistrado, escola para seus filhos, médico ou dentista, a geada destruía as plantações. Relevante era o problema político, o levante dos posseiros no sudoeste e a ausência das ações do poder público nos rincões paranaenses.

O dr. José de Mello, intelectual de escol, julgador preciso, cumpridor dos ditames da Justiça, enfrentou com galhardia e superou todas as precariedades no decurso de sua carreira ... inclusive o frio. Sem esmorecer, dedicou-se aos estudos e à aplicação da lei, sendo exemplo de dignidade, admiração e apreço da magistratura paranaense.

Em 1969 aposentou-se e fixou residência em Paranaguá, permanecendo na cidade litorânea até os dias de hoje com a família: os três filhos, Cesar Augusto, Francisco José e Rosângela Maria e os cinco netos.

Integrou-se ao meio cultural paranaense, participando dos encontros da intelectualidade litorânea. Autor de **Frutos Mirrados**, publicado em 1986 - Gráfica Brasil - ali estão reunidas crônicas e discursos da sua lavra.

O talentoso carioca que escolheu morar nas terras paranaenses é detentor do título de Cidadão Honorário de Paranaguá, membro do Centro de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá e ocupou o cargo de secretário, naquele órgão, por longo tempo. 

Confirmação histórica

Por Luís Renato Pedroso

Com a citação bíblica, Provérbios 11.12, inscrevia como presidente o prefácio da publicação Centenário do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, de autoria do renomado e saudoso historiador Milton Miró Vernalha, ao ensejo de tão importante e significativa efeméride, agora rememorada nos seus 120 anos, com registro pela fulgurante historiógrafa Chloris Elaine Justen de Oliveira.

Escrevia, então,

Há cem anos passados constituía-se o segundo grau de jurisdição em terras paranaenses, desvinculando-se, assim, da jurisdição paulista. Inicialmente cinco eméritos desembargadores integraram a corte de Justiça. Hoje cento e vinte e sete desembargadores constituem o areópago, de lá para cá foram anos de intenso labor, no cumprimento de dizer o direito e espargir justiça. A efeméride incorpora-se a história do Paraná, como episódio de realce e destaque, a merecer registro para que não se perca no esquecimento.

Confirme-se a história, dois decênios depois, mercê inspiração do dirigente maior, o ínclito desembargador Miguel Kfoury Neto, quando o colegiado de 120 integrantes, recomenda a comemoração, oportunizando a manifestação de apreço, admiração e respeito da comunidade jurídica paranaense.

O Paraná, terra de todas as gentes, na feliz consideração de seu maior filho, o inesquecível Bento Munhoz da Rocha Netto, guarda fatos e fastos dignos de realce, incluindo-se, por evidente, aqueles relacionados com seu Judiciário, sempre merecedor da confiança popular.

Bem por isso, antigo servidor da Justiça, não me quedo no olvido, saudando, com todas as veras do coração, tão expressiva passagem, na convicção de sua grandiosidade histórica, fazendo eco as palavras do pranteado Túlio Vargas, segundo as quais “a história tem sido permanente fonte de sabedoria e experiência, instrumento de cultura humana, memória coletiva, ininterrupto jogo dialético entre o homem e o mundo subjetivo”.



Quem pratica a justiça o faz para a vida...

Luís Renato Pedroso

Luís Renato Pedroso

Desembargador jubilado, presidente do TJPR, gestão 1991/92.

Nasceu em Foz do Iguaçu em 18 de fevereiro de 1928, filho de Accácio Pedroso e de Sara Sottomaio Pedroso. Bacharelou-se em Direito pela UFPR em 1950. Casado em primeiras núpcias com Úrsula Langue Pedroso e, atualmente, com Maria Alice Pedroso.

Iniciou suas atividades profissionais como promotor público interino em Campo Mourão, Mandaguari e São José dos Pinhais. Entre 1951 e 1955 foi advogado no Departamento de Estradas de Rodagem e no Departamento de Geografia, Terras e Colonização.

Após concurso, exerceu a magistratura em Londrina e, em 1957, efetivado como juiz de direito de Marilândia do Sul. Removido para Astorga e Londrina permaneceu até 1966 quando da sua promoção para Curitiba. Em 1970 ingressou no Tribunal de Alçada e escolhido presidente para a gestão 1977/78. Em 1978 foi nomeado desembargador do TJPR e, na gestão 1983/84, eleito corregedor-geral da Justiça. Em 1991/92 exerceu a presidência do colegiado, presidindo as comemorações do Centenário do Tribunal de Justiça do Paraná.

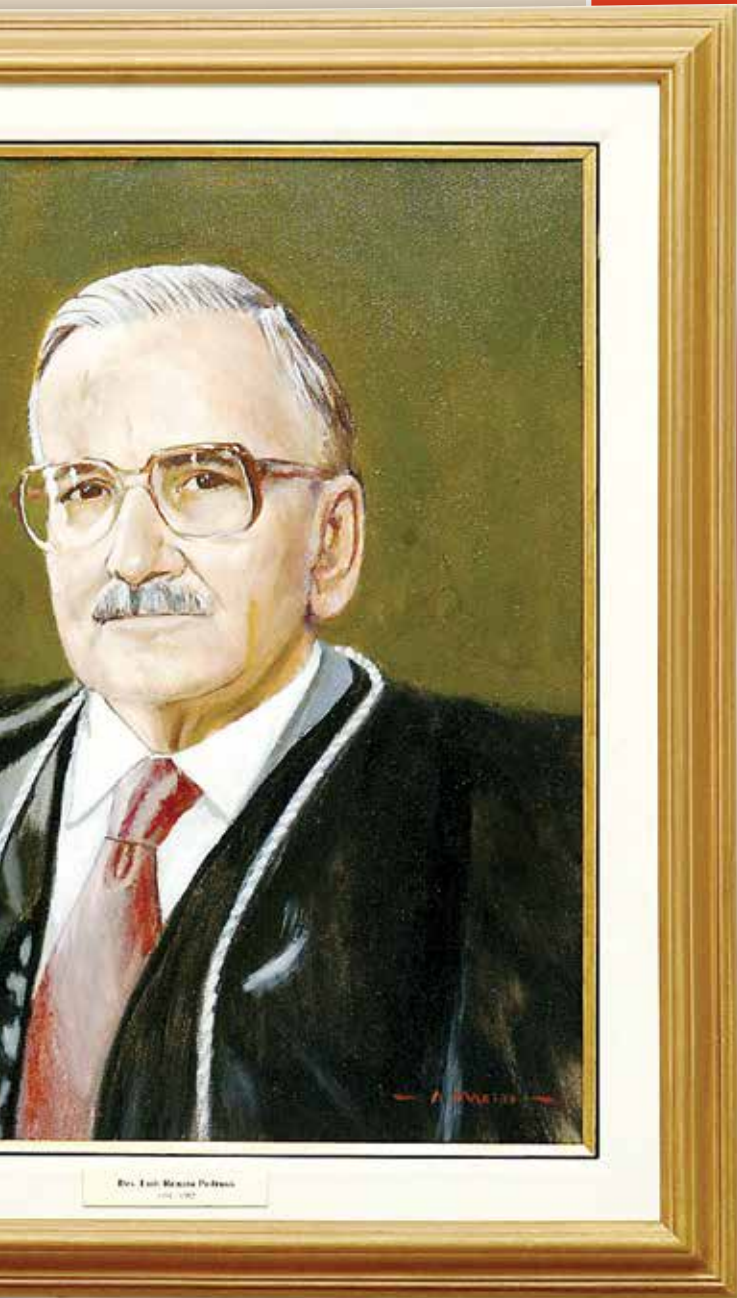
No magistério lecionou no Colégio Comercial de Astorga, na Faculdade de Direito de Londrina, na Pontifícia Universidade Católica e na Faculdade de Estudos Sociais do Paraná a matéria de Direito Comercial.

Durante sete anos em períodos diferentes, ocupou a presidência da Amapar. Em 1975 completou o mandato do des. Aurélio Feijó, falecido durante o exercício, no ano de 1976. Nas gestões seguintes foi eleito e reeleito - 1977/78, 1979/80 - permanecendo à frente da entidade, por consecutivos cinco anos. Em 1985/86 foi eleito presidente e reeleito para a gestão seguinte, 1987/88. Foi escolhido, em 1986/87, vice-presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Publicou trabalhos sobre a Constitucionalidade das Execuções Extrajudiciais no Sistema Financeiro de Habitação, Execução da Duplicata Sem Aceite, Contencioso Administrativo ou Justiça Administrativa e a obra Um Pouco de Mim, em 2006.

Agraciado com títulos de honorabilidade nos municípios de Astorga, Jaguapitã, Rio Branco do Sul, Londrina e Foz do Iguaçu, é detentor da Medalha do Mérito Judiciário.

Reconhecido por seus dotes de oratória, integrou a magistratura paranaense por quase quarenta anos e atualmente preside o Centro de Letras do Paraná, é vice-presidente do Movimento Pró-Paraná e participante da vida cultural da cidade.



Provérbios em prosa e verso

Por **Marília Braga Mainguè**

Nasceu em Tibagi em 01/01/1918. Penúltima filha do magistrado e poeta Antônio Toríbio Teixeira Braga e de sua mulher, a professora de piano Marieta Bueno Brandão Braga. Diplomou-se na Escola Complementar e, após o falecimento de seu pai, em 1942, passou a trabalhar no serviço público. Aposentou-se em 1980. Iniciou nas artes literárias, escrevendo poesias e fazendo inteligentes comentários sobre ditos populares, sentenças de caráter prático, os provérbios. Observadora, otimista, de temperamento alegre, sem perder a discrição 'dos Braga' escreveu e publicou, inicialmente, dois volumes sobre o assunto, **Brincando com os Provérbios, I e II**. Mais tarde, veio a lume **Dicionário de Provérbios em Prosa e Verso e Reminiscências**.

São mais de dois mil provérbios, em ordem alfabética, separados por assunto e didaticamente dispostos.

Durante dez anos, seus comentários e frases foram apresentados na imprensa, em coluna do jornal Gazeta do Povo. Igualmente, seu irmão, o Des. Marino Bueno Brandão Braga, escrevia coluna semanal e sempre, ao final do texto, inseria um provérbio da irmã, admirador que era dos seus bem-humorados comentários.

Em 2010, numa homenagem ímpar ao irmão caçula falecido em 27/02/2010 escreveu e publicou **Marino, meu irmão**. O livro ressalta a amizade e o carinho dispensados ao irmão e comentários sobre a obra **Crônicas da Vida de um Juiz**. Acrescentem-se muitos textos espirituosos, atemporais sobre fatos e ocorrências da sua vida, infância e maturidade.



Zulmira Braga.



O jovem Marino Braga e seu pai, Antônio Braga, na década de 1940 - Rua XV de Novembro, Curitiba.

Zulmira Braga é autora dos livros:

- Brincando com os Provérbios – Volumes I e II
- Dicionário de Provérbios em Prosa e Verso
- Reminiscências.
- Você é Braga? De que tribo?
- Marino, meu irmão.
- Criança, Freud explica.



Mal gemido, mal comprido, mar compadecido

Lembra-me um rio que parte de sua nascente em busca do mar, seu destino para juntos ficarem até o instante final. O rio só para de gemer quando o encontro acontece. Do rio, o mar se compadece e lhe oferece um abraço sem igual.

Lavar a alma

Que bom seria se fosse possível lavar a alma, como quem lava uma roupa colorida e dependurá-la, ao sol, no varal da vida! O coração liberto da dor, da angústia e do tormento a alma renovada, seguiriam cantando, novo empreendimento, tentando nova estrada.





Dias melhores virão

*Meio século ou mais, já ouço esse dito.
Desde o tempo que usava cabelo com trancinhas e saía
com sinhaninhas,
Chupava pirulito e andava de pé-no-chão.
Morava perto da Estação
E de casa escapulia para ver o trem passar,
E ouvir aquele pito que sempre se repetia:
-Nunca mais faça isso!
Mas eu fazia...
O trem era bonito!
A cada guinada que dava,
A 'gente' dava cada grito!
Quantos anos lá se vão? Ponha setenta anos nisso...
E meu pai dizia para minha mãe:
-Minha velha, dias melhores virão! E repetia aquele dito
Está vendo aquela fumacinha? Ficou no meu
pensamento a imagem daquele trem.
E o som do apito, também!
Algum arrependimento? Arrependimento? Nenhum.
Espera, deixe-me pensar... o coração responderá por
mim!
-Sim, um arrependimento!
Só um? Desobedecer, para ver o trem passar!
Dias melhores virão?
Talvez outro trem!
Mas pai e mãe passam uma só vez.
Só uma vez eles vêm...*



Marília Braga Mainguè

Sobrinha de Zulmira Braga nasceu em Curitiba em 1949. Filha de Lélia Gomes Braga e de Marino Bueno Brandão Braga. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná. Iniciou seus estudos nas cidades onde seu pai judicava: Arapongas e Ponta Grossa. Em Curitiba estudou no Instituto de Educação do Paraná Prof. Erasmo Pilotto e exerceu a profissão de professora nos colégios Julia Wanderley e Senador Alencar Guimarães. Prestou serviços no Núcleo Regional de Educação de Curitiba. Casada com o médico José Antônio Mainguè é mãe de Rodrigo, Marianne e Marcelo. Participa das atividades do Rotary Club de Curitiba Bom Retiro, do qual seu marido é sócio fundador. ✍

Marília e seu pai,
des. Marino Braga.

A arte do BIJOUX





Por Maria Inês Tassi Simões Teixeira

Nasci em Curitiba e passei a infância e adolescência mudando de cidade em cidade, pela profissão do meu pai, na época juiz de direito, hoje desembargador. Morei em Santo Antônio da Platina, Chopinzinho, Cascavel, Londrina e Curitiba, onde resido desde então. Acredito que, por causa das mudanças constantes, adquiri uma grande capacidade de adaptação. No início, pensei em seguir uma profissão no ramo do Direito, mas logo desisti. Percebi que iria me tornar uma profissional frustrada, já que desde pequena adorava desenhar e criar. Cursei Comércio Exterior, mas também não era este o meu desejo.

Quando criança fazia cartões em papel vegetal, depois adesivos em papel contact, pulseiras de fios de crochê e levava tudo para vender na escola. Essa habilidade e o dom de empreender nasceram comigo. Herdei a criatividade de minha mãe, artista plástica, minha principal incentivadora e modelo, pois usa, com orgulho, tudo o que eu faço.

Minha realização profissional não estava nos livros de Direito, nem na área de Comércio Exterior. Em 2001, concluí o curso de Desenho Industrial - Projeto do Produto, pela Pontifícia

Universidade Católica do Paraná. Durante a faculdade comecei a criar bijuterias e me apaixonei. Fiz um curso de aperfeiçoamento em ourivesaria, mas a demora em ver o produto final pronto me desmotivou. Só fico satisfeita quando termino o modelo iniciado.

Na bijuteria a criação, a feitura da peça, a beleza das pedras, a composição das cores, a exclusividade me levaram a produzir modelos de grande aceitação do público. No início, vendia diretamente aos lojistas, depois participei de feiras atacadistas em São Paulo. De repente, surgiram mais e mais compradores, todos reconhecendo meu trabalho. Daí, realizei um dos meus sonhos, minhas peças chegaram às novelas da Rede Globo. Adornaram Deborah Secco, Camila Pitanga, Luiza Brunet, Deborah Nascimento, Flávia Alessandra, todas usando minhas bijoux.

Minhas criações fazem parte do acervo da Rede TV, as apresentadoras usam frequentemente minhas peças. Para próxima novela da



São peças em metal ou renda guipure, cravejados por strass Swarovski, cristal checo, pérolas de água doce, gotas resinadas, topázio, pedras polidas ou resinadas em cor e pertencem a duas coleções permanentes, a Glamour e a Glamour Imperial. A Coleção Glamour é inspirada nas divas de Hollywood, que usavam peças exuberantes.

Participação em Eventos

2006 - São Paulo Fashion Mall.
Portal Mineiro Joia Br.

2007 - Mostra e Acessórios. SP.

Janeiro 2011 - Senac Rio
Fashion Business na Marina
da Glória. RJ. Edição Outono
Inverno 2011.

Mai 2011 - Senac Rio Fashion
Business na Marina da Glória.
RJ. Edição Primavera Verão
2011/12.



*“Gosto de saber que as
mulheres se sentem divas
usando minhas peças.”*

Maria Inês



A autora, ladeada por seus pais, José Simões Teixeira e Maria Ângela Tassi Simões Teixeira.





Rede Globo, que estreia este ano, criei colares, pulseiras, brincos, broches, uma série exclusiva para as principais personagens.

No ano em curso, participei duas vezes da maior bolsa de negócios da América Latina, direcionada a lojistas, o Senac Rio Fashion Business, no Rio de Janeiro. Na última edição, fui a única designer paranaense de bijoux a estar entre os grandes nomes do design nacional.

Sou apaixonada pelo que faço. A infinidade de materiais disponíveis me mantém motivada e cheia de energia para produzir acessórios únicos e originais. Tenho frequentado feiras atacadistas de bijuterias realizadas no país.

Adoro tudo relacionado à moda, todas as suas vertentes. Busco inspiração em todos os lugares, até nos mais inusitados, para a criação artística. Desde o comportamento das pessoas andando na rua, nas flores e na arquitetura. Há design em tudo...

Posso até sair de casa sem batom, mas nunca saio sem uma bijoux de minha criação.





“Daqui a duzentos ou trezentos anos, ou mesmo mil anos – não se trata de exatidão – haverá uma vida nova. Nova e feliz. Não tomaremos parte nessa vida, é verdade... mas é para ela que estamos vivendo hoje. É para ela que trabalhamos e, se bem que a soframos, nós a criamos. E nisso está o objetivo de nossa existência aqui”

Tchecov, As Três Irmãs, Ato II

TEMPO DA JUSTIÇA

Por Telmo Cherem

Escutamos, quase todos os dias, que a Justiça é lenta e ineficaz e, com este estigma da morosidade, arrasta-se o Poder Judiciário em direção a índices preocupantes de confiança da população.

Curioso: quanto mais cresce o acesso especialmente das camadas mais pobres da população à Justiça, mais decresce esse índice de credibilidade.

Isso mostra que jamais podemos ter por atingidos plenamente nossos objetivos e que é preciso persegui-los constante e incessantemente – proporcionar cada vez mais o acesso de todos ao Judiciário, prestar jurisdição célere e de qualidade, incrementar, mais e mais, equivalentes jurisdicionais de solução dos conflitos, pacificar a sociedade enfim, são objetivos permanentes, são obras sempre inacabadas, a nos motivar para a sua contínua consecução.

Cabe, então, refletir: qual seria o tempo certo da Justiça?

O século XX ficou marcado como a Era da Informação. A partir de então, a informação começou a fluir com velocidade maior do que a dos corpos físicos. Desde a criação do telégrafo elétrico em 1837, passando pelos meios de

comunicação de massa e, mais recentemente, a rede mundial de computadores (*internet*), temos de conviver e lidar com um crescimento exponencial do volume de dados disponíveis.

A “overdose” diária de informações que hoje nos caem sobre a cabeça, “*on line*”, deixa-nos em permanente estado de angústia porque nossa capacidade humana de armazenamento e de retenção é insignificante em relação aos mega, giga, terabytes dos computadores.

A velocidade humana não é a velocidade do processo virtual e nem uma decisão justa pode ser alcançada em velocidade virtual. Este, nosso atual dilema íntimo. Superar nossos limites humanos, nossas forças físicas, acompanhar o processo virtual, e fazer justiça no caso concreto, porque aquele processo, daquelas partes, daquele pequeno benefício previdenciário é, para elas, o processo mais importante de todos.

Neste cenário, então, de verdadeira “aceleração” do mundo pela tecnologia, é natural o anseio por respostas instantâneas ou, ao menos, imediatas, que evitem ao máximo a “perda de tempo”.

A questão se torna ainda mais tormentosa se abandonamos a conceituação de tempo racional e mensurável ligada à ideia de sucessão aristotélica de percepção exterior dos ciclos naturais, para considerarmos que o tempo não se limita a uma medição lógica. O tempo real, ligado à experiência individual, na verdade não pode ser medido!

Shakespeare nos legou ser o tempo muito lento para os que esperam e muito rápido para os que têm medo. E também muito longo para os que lamentam e muito curto para os que festejam.

Os parâmetros de tempo dos processos, sabem todos que vivemos num Estado de Direito, não são (e não podem ser) os mesmos que orientam o imaginário popular sobre a Justiça.

O tempo da Justiça é, e tem sólidos motivos



para ser, diferenciado. Não pode ser o tempo da notícia, nem do desejo de vingança.

Há de ser um tempo delimitado pelo respeito às exigências históricas do devido processo legal. Não o tempo que se espicha indefinidamente ou que favorece a impunidade, mas que reverencie as garantias fundamentais e possa atender à promessa constitucional derivada da “*razoável duração do processo*”.

Claro que estamos todos hoje engajados na busca pela agilização dos feitos em trâmite, porém conscientes de que não é apenas disso que depende a solução de todas as mazelas existentes.

A celeridade é um valor que deve ser perseguido, mas não a qualquer custo.



Barbosa Moreira, há mais de uma década, advertia: *“Para muita gente, na matéria, a rapidez constitui o valor por excelência, quiçá o único. Seria fácil invocar aqui um rol de citações de autores famosos, apostados em estigmatizar a morosidade processual. Não deixam de ter razão, sem que isso implique – nem mesmo, quero crer, no pensamento desses próprios autores – hierarquização rígida que não reconheça como imprescindível, aqui e ali, ceder o passo a outros valores. Se uma justiça lenta demais é decerto uma justiça má, daí não se segue que uma justiça muito rápida seja necessariamente uma justiça boa. O que todos devemos querer é que a prestação jurisdicional venha ser melhor do que é. Se para torná-la melhor é preciso acelerá-la, muito*

bem: não, contudo, a qualquer preço” (O futuro da justiça: alguns mitos, Revista de Processo, v. 102, p. 228-237, abr-jun 2001, p. 232).

De fato, nada pode ser mais desastroso do que a injustiça célere!

O juiz, frequentemente, é apontado como o único ou maior vilão da morosidade. Noticiam-se exemplos de magistrados relapsos, omissos, parciais para, numa gradação irresponsável, atacar toda a instituição, colocando sob suspeita todos os seus integrantes.

As causas da lentidão, contudo, ultrapassam os muros do Judiciário que, de forma leviana e até mesmo criminosa, tem sido alvo de discursos sensacionalistas partidos de gente sem o mínimo conhecimento de sua dinâmica

O Tempo

*Sou o tempo que passa, que passa
Sem princípio, sem fim, sem medida
Vou levando a Ventura e a Desgraça,
Vou levando as vaidades da Vida*

*A correr, de segundo em segundo
Vou formando os minutos que correm...
Formo as horas que passam no mundo,
Formo os anos que nascem e morrem.*

*Ninguém pode evitar os meus danos...
Vou correndo sereno e constante:
Desse modo, de cem em cem anos,
Formo um século e passo adiante.*

*Trabalhai, porque a vida é pequena
E não há para o tempo demora!
Não gasteis os minutos sem pena!
Não façais pouco caso das horas!*

Olavo Bilac

institucional e de suas carências.

O Judiciário não é uma ilha isolada do seu contexto e o crescente volume de ações e recursos gerados pela litigiosidade desencadeada no país a partir da Carta de 1988, que abriu as portas da instituição para a análise de toda lesão ou ameaça a direito, reclama a atuação harmônica e conjunta de todos os poderes constituídos.

Exemplo desse profícuo esforço conjunto, em âmbito federal foi o II Pacto Republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo firmado pelos chefes dos três poderes em abril de 2009, que via-

bilizou a aprovação de instrumentos legais de notória importância, entre os quais a Lei nº 11.900/09, que permitiu o interrogatório por meio de videoconferência; a Lei nº 12.106/09, que criou o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas; a Lei Complementar nº 132/09, que organizou a Defensoria Pública da União; a Lei nº 12.016/09, que deu nova regulamentação ao mandado de segurança. E já se acham assentados os principais eixos do III Pacto, com ênfase no acesso à Justiça e na modernização do sistema jurisdicional.



No nosso Estado, a ampliação dos nossos recursos orçamentários – fundamentais à realização dos projetos de modernização do sistema jurisdicional – vem possibilitando, por exemplo, a estatização e a instalação de novas varas informatizadas. A Lei nº 16.748/10, que reestruturou os Quadros de Pessoal do Poder Judiciário do Estado e as carreiras de seus servidores, foi um primeiro passo para resgatar um atraso de décadas e tentar conter a “evasão” de funcionários em razão da péssima remuneração que vínhamos pagando.

No Tribunal, a especialização das Câmaras tem proporcionado invejável produtividade

que nos envaidece e anima.

Para os pregadores da função jurisdicional como uma função de resultados, e parece ser esta a filosofia hoje imperante, necessário se faz o apontamento de números, que merecem ser divulgados. São os resultados obtidos pela Corte nos três últimos anos.

Em 2008, nos foram distribuídos 114.059 processos - julgamos 107.863. Em 2009, nos chegaram 119.037 processos - julgamos 120.147. No ano passado, foram distribuídos 126.702 processos - julgamos 125.269. Como se pode ver, a despeito de toda a conhecida carência de meios materiais e humanos, vencemos a demanda de 2009 e, nos outros dois anos, chegamos perto do mesmo resultado.

Observe-se, agora, o tempo médio de tramitação dos processos em que se deram esses julgamentos, isto é, desde a data em que o processo aporta no Tribunal até a data em que é julgado. No ano de 2008, esse tempo foi de 138 dias. Em 2009, a média ficou em 163 dias e, no ano passado, caiu para 140 dias, retornando à média de pouco mais de quatro meses e meio para a realização do julgamento desde a distribuição do feito.

Outro dado merece destaque: considerando a data da última conclusão ao gabinete do relator e a data do julgamento, a média de tempo em 2008 foi de 66 dias; em 2009, caiu para 61 dias e, em 2010, foi novamente reduzida para 57 dias, ou seja, estamos levando menos de dois meses entre a elaboração do voto do relator, a revisão (se for o caso) por um segundo julgador e a realização do julgamento.

Estes, os números que merecem repercussão, porque eles nos colocam não como um dos piores tribunais do País, como foi noticiado no ano passado, mas numa posição de ponta, de orgulho para o Estado do Paraná, esmaecendo a afirmação contida no relatório da inspeção realizada pelo Conselho Nacional de Justiça em novembro de 2009 de que o Tribunal apresentava uma única boa prática.

Não são poucas, a propósito, as manifestações de preocupação em relação à atuação daquele órgão de controle, em alguns casos, “invasiva”.

Nesses casos, tenho me perguntado se, mais à frente, o princípio federativo – pétreo, base de toda a nossa organização, da nossa democracia – não poderá sofrer, também no âmbito do Judiciário, um esvaziamento tal que as justiças estaduais resultem aniquiladas, porque enfraquecidas já estão. Afinal, a quem interessa a deterioração dos estados federados e a concentração de poder nas mãos da União, deixando-os só com o “pires”.

Felizmente, novo ânimo assoma nos judiciários locais quando se vê o presidente da suprema Corte sustentar a suficiência do duplo grau de jurisdição para atender às exigências da Justiça e a admissão dos recursos às cortes superiores somente em casos excepcionais. A modernidade da proposta para a agilização da prestação jurisdicional ensejou a apresentação da chamada “PEC dos recursos”, defendida pelo notável chefe do judiciário, que aponta a multiplicidade de recursos e, especificamente, o nosso sistema de quatro instâncias, como uma das principais causas dos atrasos dos processos judiciais. Outra consequência, como Cezar Peluso tem ainda destacado em seus pronunciamentos, é a valorização dos juízes de primeiro grau e dos tribunais de segundo grau, para quem devem ser destinados os investimentos necessários a fim de que possam trabalhar melhor e produzir mais.

As estatísticas reportadas, no nosso Estado, retratam o esforço conjunto dos julgadores em segundo grau para alcançar esses objetivos e, também, dos nossos funcionários que, embora em número insuficiente, ultrapassam os limites das suas obrigações para prestarem serviço público de qualidade. Há, ainda, outro ator essencial: o Ministério Público, que emite seus pareceres com excelência e rapidez nos incontáveis processos em que deve intervir.

Portanto, a lentidão que se atribui, de forma



Telmo Cherem

Nasceu em Tijucas (SC), em 1953. Estudou no Colégio Estadual do Paraná e bacharelou-se em Direito pela UFPR, Turma 1975, classificado-se em primeiro lugar. Advogado de reconhecido saber jurídico, professor universitário, pós-graduado em Direito Civil. Exerceu a direção da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica e da Faculdade de Direito de Curitiba. Em 1990 foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada, na vaga dos advogados destinada ao quinto constitucional e, em 1995, promovido ao cargo de desembargador do TJPR. Eleito presidente do Tribunal Regional Eleitoral para o biênio 2007/08. ✍️

abrangente, a toda a atividade jurisdicional, é, no Paraná, pontual e concentrada.

Como tem reiterado o nosso presidente da Amapar, Gil Guerra, “é na Justiça de primeira instância que está o grande ‘gargalo’, para cujo desafogo devem ser prioritariamente canalizados nossos melhores esforços e maiores recursos, como, aliás, tenho insistentemente pregado desde a saudação proferida à Cúpula Diretiva do Tribunal para o biênio 1999/2000 e, agora, renovada aos nossos atuais dirigentes, biênio 2011/12”.



Fernando Velloso – Floresta Reconstituída em Verde.



Fernando Velloso – Floresta Reconstituída em Cobalto.



Todos os tons em Antonina

“Da ponta dos pinheiros entra a formosa Baía de Antonina, continuação da grande lagoa, e na costeira que segue até aquela vila há muitos estabelecimentos de agricultores com engenho de aguardente, arroz e mandioca. O local da Vila Antonina está à margem da grande baía em um assento plano e lugar muito aprazível; a sua Igreja Matriz, com a invocação de Nossa Senhora do Pilar, foi feita em 1714 e está sobre um lindo outeiro... Adiante desta Vila, continua a costeira de mangais em derredor de outro braço que faz a baía para o lado Noroeste e Norte até o grande rio, da Cachoeira. Todos os grandes rios que nela deságuam são originários das Serras Gerais de Pernambiacaba, além da Graciosa, até a chamada do Chapéu do Sol. Os rios são: o do Picão, o Seco, o de Coritibaiba, o do Cacatu, o do Meio, o do Mundo Novo e o da Cachoeira, que é o maior e o mais caudaloso de todos; em toda esta costeira circular há muitos estabelecimentos de agricultores”.

Antonio Vieira dos Santos



Antonina

Desenho aquarela de Wiliam Lloyd - 1875

Povoação de 1714, terras na baía de Guarapiracaba, hoje Ilha Corisco, ocupada pelo sargento-mor Manoel Valle Porto. Autorizada a construção de capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar e instalada freguesia. Em 1797, promovida à categoria de vila, com o nome de Antonina, homenagem a d. Antônio, príncipe de Portugal, primogênito de dona Carlota Joaquina e dom João, nascido em 1795 e falecido em 1801.



Vista da cidade 1960.

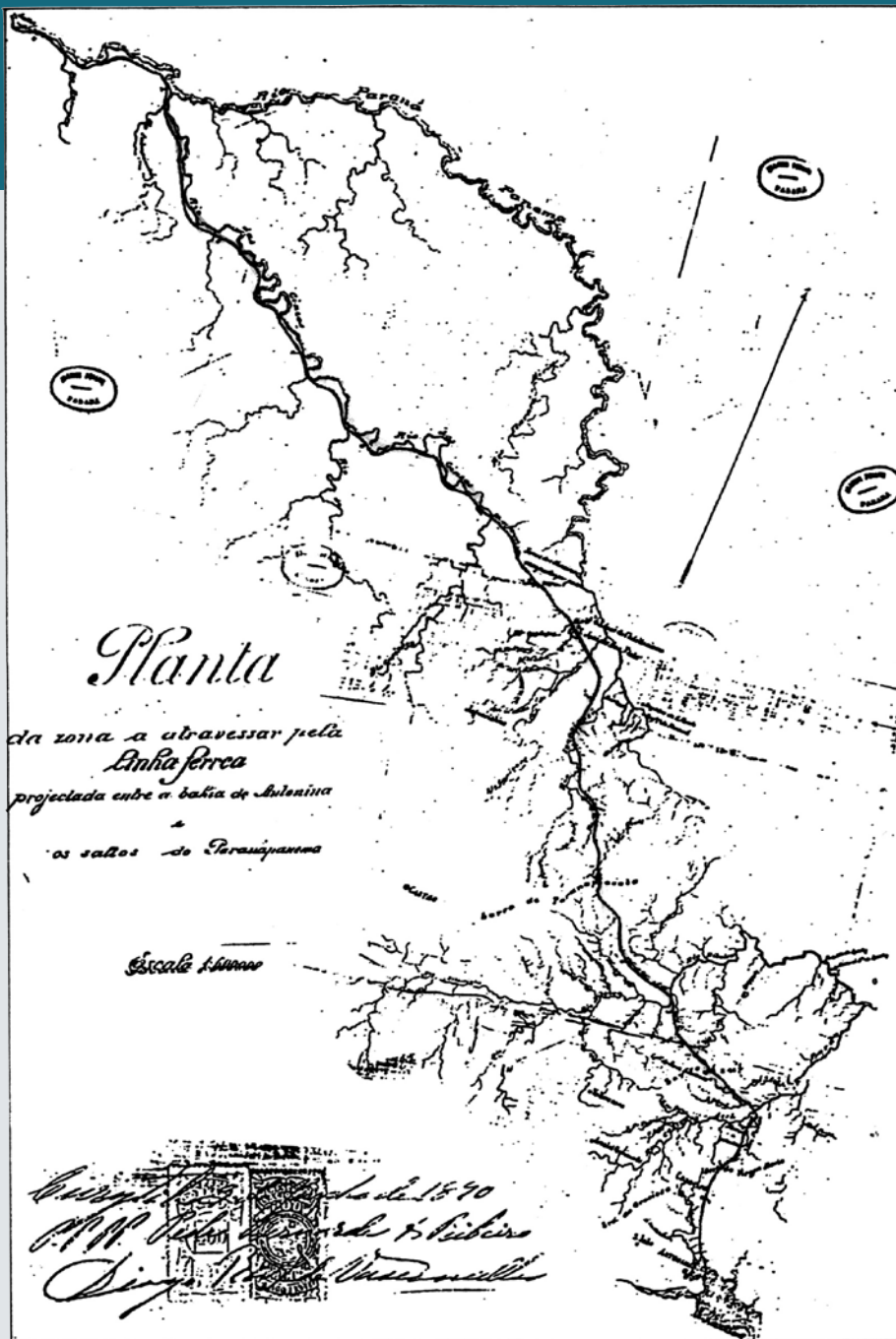


Indústrias Matarazzo

As Indústrias Matarazzo formaram o maior complexo industrial da América Latina no século XX. Diversas cidades paranaenses foram beneficiadas por suas fábricas, seus ramais ferroviários e a exportação de produtos em cais próprio. Em Antonina foram construídas 800 casas para funcionários da empresa, que existiram até a concordata e consequente falência, quando houve a destruição daquele patrimônio. Atualmente, ocorrem obras de recuperação e restauração, principalmente na área portuária.

No local, há um busto de bronze do conde Francisco Matarazzo.

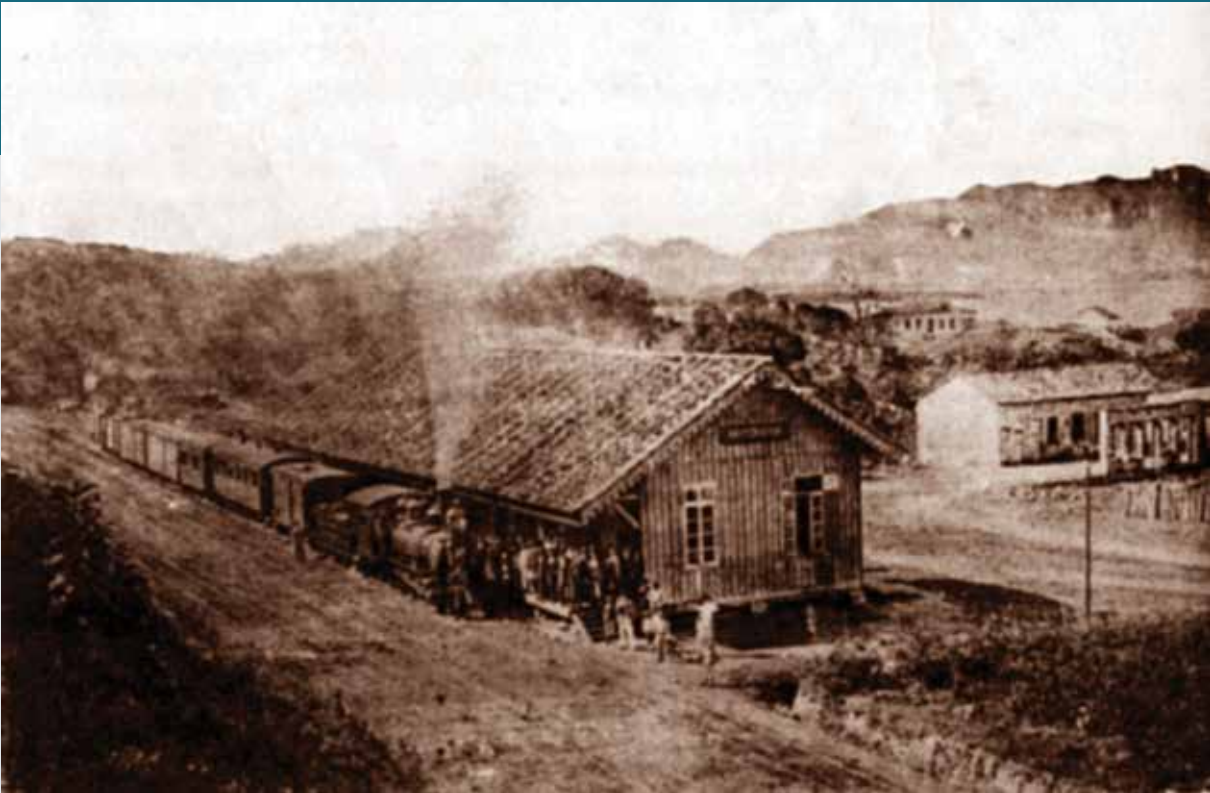




Projeto da planta de linha férrea entre a baía de Antonina e os saltos do Paranapanema, com extensão de 508 quilômetros. O percurso contemplaria região de terras devolutas, proximidade das atuais cidades Cerro Azul (Rio Pardo), Jaguariáiva (Ribeirão do Mato Preto), São José da Boa Vista (Rio Iguaricatu), Wenceslau Braz (Rio das Cinzas), Cornélio Procópio (Rio do Peixe) e Primeiro de Maio (Saltos do Paranapanema). Tal projeto foi indeferido, sendo executada a ligação entre Paranaguá e Curitiba, e apenas um ramal entre Antonina e Paranaguá.



Antiga estação ferroviária em madeira.



Estação Ferroviária

O prédio da estação ferroviária, de arquitetura eclética, foi inaugurado em 1916. Teve sua fase áurea no início do século XX, como via de escoamento da erva-mate destinada à exportação. Os vagões de passageiros faziam o percurso diariamente, em duas classes de acomodação.





Antonina. Litografia de Marcos Lescheaud. 1880.



Porto Barão de Tefé

O cais comercial de Antonina possui armazéns, balança e esteira para grãos, podendo atracar dois navios simultaneamente. Além de permitir o transbordo de mercadorias com a embarcação ao largo, funciona, ainda, um sistema único no país, o uso de barcaças.



Antônio Luís von Hoonholtz, o barão

*1837+1931

Almirante, diplomata, geógrafo, senador do Império, pai de Nair de Tefé e sogro do presidente da República, mal. Hermes da Fonseca. Mapeou hidrograficamente a região amazônica e o complexo estuário paranaense, a Baía das Laranjeiras. Seus estudos indicavam que o ponto estratégico para instalação do porto era a Ponta do Félix. Leva seu nome o navio oceanográfico brasileiro em exploração na Antártida.





Teatro Municipal de Antonina

Em 1875, um grupo de dramaturgos e teatrólogos adquiriu o imóvel, instalando o Teatro Talma. No início do século XX o teatro foi comprado pela municipalidade e, mais tarde, equipado com mobiliário de imbuia, cenários modernos, plateia, permitindo a encenação de espetáculos com artistas de renome nacional. Na década de 1960 funcionou ali um cinema. A partir de 1988 vem recebendo incentivos públicos e mantendo a tradição.





Filarmônica Antoninense

Fundada em 1975, orgulho da cidade. Melhor banda infanto-juvenil em vários concursos nacionais. Instalada em prédio próprio por onde já passaram mais de três mil músicos.

**Igreja Matriz
Nossa Senhora do Pilar.**



**Casarão -
Antigo depósito
de erva-mate.**



Mercado Municipal - 1918.

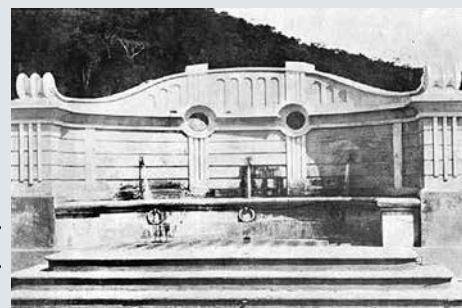
Estrada da Graciosa

Caminho dos índios, jesuítas e mineradores, íngreme e sinuoso, inaugurado em 1873. São 33 quilômetros com 1050 metros de altitude, dentro da Mata Atlântica, contornando a Serra do Mar ao longo do Rio Nhundiaquara e calçada por paralelepípedos.

Importante via de comunicação com o litoral, até 1950 era a única estrada pavimentada do território paranaense.



Antigo portão da Estrada da Graciosa.



Chafariz público à margem da estrada da Graciosa.





Bala de Banana

Iguaria típica. Há 30 anos são produzidos artesanalmente dez mil quilos de bala por ano.



Pousada Atlante.



**Casario colonial português.
Hotel Camboa Capela Antonina, ao lado direito.**





“Casario de Antonina”.
Tela da pintora paisagista
Maria Zélia Blasi Lemos,
nascida em Campos Novos SC
e radicada em Curitiba.



**Rua Dr. Rebouças,
esquina Rua
Antonio Prado.**



Palácio Ypiranga - Câmara Municipal.



Prefeitura Municipal.

Vida e Cidadania

PROTEÇÃO

Antonina será tombada pelo patrimônio histórico

Construções do centro da cidade e da região das indústrias Matarazzo não poderão ter suas fachadas alteradas ou destruídas

Peola Carriel

A cidade de Antonina, litoral do estado, será tombada pelo patrimônio histórico federal. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União na semana passada e o município já foi notificado. A partir de agora, as áreas do centro histórico e das indústrias Matarazzo estão sob proteção do governo federal e não poderão ser alteradas. Elas foram selecionadas por causa de sua importância histórica e paisagística e podem ajudar a estimular o turismo no município, que já foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas e receberá R\$ 16 milhões nos próximos quatro anos.

A decisão final sobre o tombamento ocorrerá após gestores e proprietários se manifestarem perante o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), concordando ou discordando da proposta. As manifestações serão analisadas pelo conselho consultivo do órgão e só depois a cidade estará oficialmente protegida. Com o tombamento, o imóvel continua sendo do proprietário, mas não pode haver descaracterização ou destruição da fachada.



Antonina Moreira/Câmara do Povo

O centro histórico de Antonina: ciclo do ouro e atrativos naturais, como a baía, a Mata Atlântica e a Serra do Mar, ajudaram na decisão do Iphan.

PRESERVAÇÃO

Parte de Antonina será tombada pelo patrimônio histórico e os casarões não poderão sofrer mudanças na fachada. Além da área do centro histórico, estão na lista as indústrias Matarazzo e o Sítio do Areião.



Fonte: Iphan.

Infografia: Gazeta do Povo




Fernando Velloso – Floresta Reconstituída em Laranja.

Fernando Pernetá Velloso

“Pintar é tornar sensível a superfície que se limitou”

Nasceu em Curitiba em 1930. Bacharel em Pintura Artística, formado pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, Turma 1952. Distinguido com o primeiro lugar da Divisão de Arte Moderna, com a obra Auto-Retrato, para jovens alunos até aquela data. Em 1955 obteve o título de bacharel em Direito pela UFPR. Dedicou-se à gravura e à xilogravura, recebendo premiação em todos os salões de que participou. Aluno de Guido Viaro estudou com o mestre cubista André Lhote, em Paris. Adicionou a estas influências o pensamento abstracionista de Sartre. Ao retornar à terra natal, inaugurou a nova expressão artística, a pintura abstrata.

Expôs em todas as mostras e salões ocorridos no Paraná e participou de comissões julgadoras, congressos, colóquios sobre museus de arte nacionais e no exterior. Eleito diretor secretário do Museu de Arte do Paraná e, em 1963, nomeado chefe de divisão de Promoções Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná. Exerceu a função de diretor do Museu de Arte Contemporânea do Paraná de 1970 a 1984. Organizador das comemorações em Curitiba, como Capital Americana da Cultura. É conselheiro do Teatro Guaíra e do Museu Paranaense. Suas obras foram expostas na Alemanha, na França e no Paraguai, e, em 2003, no Museu Oscar Niemayer, sob o título ‘Um olhar sobre a Arte Paranaense’.

Sem se afastar das suas origens, responsabilizou-se pelo levantamento cronológico da arte paranaense: informações, trabalhos, obras, reminiscências e pesquisa histórica, organizando e montando um documento sobre a história e a realidade artística do Paraná. 





Fernando Velloso – Paisagem Interior.